



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 1320 - Setembro/2025
Resolução - Nº 942/2025
(CAMEN/UFPI)

Teresina, 30 de setembro de 2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 942, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Alteração de Projeto Pedagógico de Curso.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, **ad referendum**, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.036477/2021-22;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de **LICENCIATURA EM PEDAGOGIA** a ser implementado junto ao Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação na formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares - **PRIL/ CEAD/ UFPI**, conforme ANEXO e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 23 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDÊNIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 25/09/2025 17:52:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (CEAD)
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga Teresina-PI – CEP: 64049-550



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INTRODUÇÃO DA
INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE
PROFESSORES E DIRETORES ESCOLARES
PRIL / CEAD / UFPI

Documento assinado digitalmente
gov.br DJANIRA DO ESPIRITO SANTO LOPES CUNHA
Data: 22/09/2025 14:54:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TERESINA – 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (CEAD)

Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – PRIL /CEAD/UFPI

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia a ser implementado junto ao Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação na formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRIL/ CEAD/ UFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (PROPLAN)

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO (PRAD)

Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (PREG)

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO (PROPESQI)

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO (PRPG)

Prof. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA (PREXC)

Prof. Dra. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS (PRAEC)

Prof. Dr. Acrísio de Miranda Arrivabene

COORDENADORIA GERAL DE ESTÁGIO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPI

Prof.^a Ms. Maria Rosália Ribeiro Brandim

**COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO CURRICULAR DOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPI**

Prof. Ms. Francisco Newton Freitas

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPI

Prof. Dr. Leomá Albuquerque Matos

COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COMPLEMENTAR

Prof.^a Dra. Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva

COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS

Prof. Dr. Maycon Silva Santos

CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (CEAD)

Prof. Dra. Lívia Fernanda Nery da Silva

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO - PRIL/CEAD/UFPI

Prof. Dra. Lívia Fernanda Nery da Silva

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO - PRIL/CEAD/UFPI

Dr^a Cleânia de Sales Silva

COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA - PRIL/CEAD/UFPI.

Prof.^a Dra. Janaina Gomes Viana de Souza

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PPC - PEDAGOGIA –PRIL/CEAD/UFPI

Prof.^a Dra. Janaina Gomes Viana de Souza

(PRESIDENTE)

Prof. Dr. Neuton Alves de Araújo

(VICE-PRESIDENTE)

Profa. Dra. Eliana de Sousa Alencar Marques

(DOCENTE - MEMBRO)

Profa. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo

(DOCENTE - MEMBRO)

Profa. Dra. Maria do Socorro Leal Paixão

(DOCENTE - MEMBRO)

EQUIPE DE REELABORAÇÃO DO PPC - PEDAGOGIA –PRIL/CEAD/UFPI

Prof.^a Dra. Janaina Gomes Viana de Souza

Prof.^a Dra. Cleânia de Sales Silva

Prof. Dr. Neuton Alves de Araújo

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE PEDAGOGIA-PRIL/CEAD/UFPI

Prof.^a Dra. Janaina Gomes Viana de Souza

(PRESIDENTE)

Prof. Dr. Neuton Alves de Araújo

(VICE-PRESIDENTE)

Profa. Dra. Eliana de Sousa Alencar Marques

(DOCENTE - MEMBRO)

Profa. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo

(DOCENTE - MEMBRO)

Profa. Dra. Maria do Socorro Leal Paixão

(DOCENTE - MEMBRO)

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Pedagogia

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado (a) em Pedagogia

MODALIDADE: Ensino Presencial

TURNOS: Presencial Integral (matutino, vespertino e noturno)

ANO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO: 2022

ÁREA DE FORMAÇÃO: Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

CARGA HORÁRIA DO CURSO: 3.290h

DURAÇÃO DO CURSO 8 semestres (quatro anos). Considerando que a Resolução Nº 54/2017 CEPEX/UFPI, no seu artigo 8º, diz que ao estudante com necessidade especial poderá ser concedida prorrogação de até 50% do prazo máximo fixado para a conclusão do curso, não sendo portanto obrigatória esta definição; considerando, ainda, que o Edital nº 035/2021-SEB/MEC do PRIL, Programa que financia o curso, não prevê prorrogação do prazo de duração do curso, nem prazo mínimo, mas define que o curso terá 08 semestres, a definição de duração mínima e máxima para o curso não se aplica.

ACESSO AO CURSO: 80% das vagas serão destinadas aos alunos do ensino médio que serão selecionados pela nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e 20% das vagas serão preenchidas pelos docentes da rede pública de ensino que serão selecionados por meio de edital.

REGIME LETIVO: Créditos – Disciplinas ofertadas por semestres.

VAGAS AUTORIZADAS: 40 vagas para cada turma proposta

CIDADE DE REALIZAÇÃO DO CURSO: Teresina- PI, Floriano- PI e Pedro II-PI

TURNOS DE REALIZAÇÃO DO CURSO: O curso poderá funcionar, de forma única ou simultaneamente, nos turnos matutino, vespertino e noturno, conforme necessidades e possibilidades apresentadas em cada semestre.

SISTEMATIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Componentes Curriculares (Disciplinas de formação OB = 2.235h + disciplinas de formação OP = 120h, com as Práticas como componente curricular.....)	2.355	H
Estágio Supervisionado de Ensino	405	H
Atividades Complementares (AC)	200	H
Atividades Curriculares de Extensão	330	H
Carga Horária Total do Curso	3.290	H

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
AC – Atividades Complementares;
ACE – Atividades Curriculares de Extensão;
ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação; AUDITÓRIO/CCE –
Auditório Profa. Salomé Cabral;
BC – Biblioteca Comunitária;
BNCC – Base Nacional Comum Curricular;
BS/CCE – Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação; CA – Centro Acadêmico;
CCE – Centro de Ciências da Educação;
CCP/CCE – Coordenação do Curso de pedagogia/CCE;
CEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; CNE – Conselho Nacional de Educação;
DAA – Diretoria de Administração Acadêmica;
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais;
DEFE – Departamento de Fundamentos da Educação;
DGOV – Diretoria de Governança;
DMTE – Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino;
DPM – Divisão de Programação e Matrícula;
EJA – Educação de Jovens e Adultos;
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes;
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio;
FORLIC – Fórum das Licenciaturas;
FORPEDAG – Fórum Permanente Interinstitucional de Pedagogia;
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais;
LIG/CCE – Laboratório de Informática da Graduação/CCE;
MEC – Ministério da Educação;
NAU – Núcleo de Acessibilidade;
NDE – Núcleo Docente Estruturante;
PCC – Prática como Componente Curricular;
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional;
PET – Programa de Educação Tutorial;
PIBEX – Programa Interno de Bolsas de Extensão;
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica;

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Docência;
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil;
PNE – Plano Nacional de Educação;
PPC – Projeto Pedagógico do Curso;
PPGED – Programa de Pós-Graduação em Educação;
PRAD – Pró-Reitoria de Administração;
PRAEC – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários;
PREG – Pró-Reitoria de Ensino e Graduação;
PREUNI – Prefeitura Universitária;
PREXC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;
PRIL - Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de
Professores e Diretores Escolares;
PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação;
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento;
SESu/MEC – Secretaria de Educação Superior do MEC;
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
SISU – Sistema de Seleção Unificada;
SV/CCE – Sala de Vídeo do CCE;
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso;
UFPI – Universidade Federal do Piauí.

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO.....	10
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS	12
3. PERFIL DO EGRESSO.....	15
4. PERFIL DOCENTE	18
5. OBJETIVOS DO CURSO	19
4.1 Objetivo geral	19
4.2 Objetivos específicos.....	19
6. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO	20
6.1 Aspectos teóricos conceituais.....	20
6.2 Aspectos teóricos metodológicos	21
7. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DAS DIMENSÕES FORMATIVAS.....	23
7.1 Requisitos legais.....	24
7.2 Estrutura curricular	26
7.3 Percursos formativos	27
7.4 Categorias de disciplinas curriculares: obrigatórias, optativas e eletivas.....	28
7.4.1 Matriz curricular	30
7.4.2 Prática como componente curricular	35
7.4.3 Fluxograma.....	35
7.4.4 Atividades curriculares de extensão.	36
7.4.5 Estágio supervisionado de ensino obrigatório.....	37
7.4.6 Descrição do acompanhamento do estágio.	38
7.5 Trabalho de conclusão de curso.	40
7.6 Atividades complementares	42
7.7 Apoio ao discente (PDI 2020 – 2024)	49
8. PROGRAMAS ESPECIAIS.....	47
8.1 Plano de acessibilidade.	47
8.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos Núcleos de Acessibilidade ou outros espaços adequados.....	50
8.3 Políticas de apoio aos egressos.....	51
9. EMENTÁRIOS DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS E OPTATIVOS	52
9.1 Optativas I – 60h.....	86
9.2 Optativas II – 60h.....	93
10. METODOLOGIA DE ENSINO.....	96
10.1 Sistemáticas de avaliação	100
10.1.1 Avaliação e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso.	101
10.1.2 Avaliação e acompanhamento do monitoramento de permanência do (da) discente.....	102
10.1.3 Articulação com a Pós-Graduação	103
11. INFRAESTRUTURA	106

11.1	Recursos humanos	106
11.2	Infraestrutura física e Tecnológica	107
11.3	Salas de aulas.....	107
11.4	Laboratórios destinados ao curso.....	108
11.5	Biblioteca setorial.....	108
11.6	Recursos Materiais e Auxílio Financeiro.	108
12	PLANO DE IMPLATAÇÃO.....	109
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
	ANEXOS.....	110
	REGULAMENTO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO	111
	REGULAMENTOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	117
	REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO.....	121
	RELATÓRIO DA INDICAÇÃO DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CURSO DE PEDAGOGIA PRIL/UFPI.....	125

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO

No Brasil, o Curso de Pedagogia foi criado no ano de 1939, pelo Decreto- Lei nº 1.190, de abril de 1939, inicialmente para a formação de técnicos em educação e posteriormente, conforme Parecer 252/69, como especialistas de ensino.

A partir da década de 80 do século passado, estudos realizados por diversas instituições de formação e organização do ensino no nível superior evidenciaram muitos problemas de concepção no Curso de Pedagogia, ressaltando a existência de fragilidades no curso de formação de profissionais da educação. Esses estudos resultaram em um movimento nacional pela reformulação curricular dos Cursos de Pedagogia no Brasil. Nesse período foram extintas as habilitações e se direcionou a formação para atuação nos anos iniciais, especialmente como professores, fundamentados na LDB, Lei nº 9.394/96.

A conjuntura estabelecida de debates e construções acerca da Pedagogia no Brasil nas últimas décadas dos séculos XX e XXI garantiram a elaboração e aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN de 2006 do Curso de Pedagogia), bem como do novo PNE 2014-2024, a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica – BNCC (BRASIL, 2018), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018 e, mais recentemente, à Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Todo esse aparato legal tem possibilitado avanços em termos de concepções de formação de professores, indo desde a formação de técnicos da educação, depois especialistas do ensino e transformado para formar docentes, primeiramente direcionados aos cursos normais, posteriormente, para atuar em diferentes níveis de ensino: educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais, com possibilidade de formar gestores educacionais para atuar em espaço escolar e não-escolar. Com a Resolução CNE/CP nº 1, de 15/05/2006, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o Curso de Graduação em Pedagogia licenciatura, foi definido princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições responsáveis pela formação docente.

Em 20 de dezembro de 2019, o Conselho Nacional de Educação - CNE/CP N. 2, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) - Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, imputando que os Cursos de Licenciaturas devem organizar o componente curricular ou área de conhecimento segundo um dos três tipos de cursos, Art. 13 – incisos I, II e III, respectivamente destinados à:

I - formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil;

II - formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental; e

III - formação de professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Para o Grupo II, que compreende o aprofundamento de estudos na etapa e/ou no componente curricular ou área de conhecimento, a carga horária de 1.600 horas deve efetivar-se do 2º ao 4º ano, segundo os tipos de cursos ofertados.

Considerando que a UFPI, através do CEAD, participou da seleção dos Editais Nº 35/2021 e Nº 66/2021 - SEB/MEC, do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares, como proponente de uma Projeto em Rede, envolvendo a Universidade Federal do Piauí, a Universidade Estadual do Piauí e a Universidade Católica de Pernambuco, voltado para a formação de professores nas áreas de Pedagogia, Química, Ciências da Natureza e Letras, sendo aprovado. Assim, o CEAD passa a oferecer cursos de Licenciatura em Pedagogia, Química, Ciências da Natureza e Letras-Português, com o objetivo de formar professores, nos moldes do que determina o Edital do Programa citado.

Desta forma, torna-se necessário a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do referido Programa, atendendo à Resolução CNE/CP N. 2, de 20 de dezembro de 2019, especificamente à BNC-Formação, às determinações e diretrizes dos Editais Nº 35/2021 e Nº 66/2021 - SEB/MEC, bem como a Resolução 07/18 do CNE e as normativas da UFPI vigentes, referentes aos cursos de Graduação e à formação de professores Resolução CNE/CP N. 2, de 20 de dezembro de 2019, a Resolução UFPI/CAMEN nº471/16, a Resolução 053/2019-CEPEX/UFPI e a Resolução 7 de 2018 do CNE/MEC.

O Curso de Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação na formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares promoverá a formação de profissionais para atuar nos Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), ofertando as disciplinas pedagógicas que atendam às necessidades desse nível de ensino, com possibilidade de aprofundamento de estudos em determinadas áreas de conhecimentos específicos da formação docente. Conhecimentos que serão ofertados por meio de Disciplinas Obrigatórias, Optativas e Eletivas; de Atividades Complementares (AC); e de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), conforme a sistematização da carga horária do Curso.

O Curso atenderá especificamente ao inciso II - formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental, obedecendo ao que é definido na Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), Art. V:

Art. V - as competências gerais, por áreas e componentes, e as habilidades a serem constituídas pelos estudantes da Educação Básica.

§ 3º Para o curso de formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino

Fundamental, às 1.600 horas de aprofundamento nas áreas e nos componentes curriculares da BNCC devem contemplar:

I - o aprendizado da dimensão prática do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para os estudantes da Educação Básica;

II - as áreas e os componentes, previstos na BNCC - Educação Básica (BRASIL, 2018), como um todo, e para os anos iniciais do Ensino Fundamental em particular, seus conteúdos, unidades temáticas e objetos de conhecimento; e

III - as competências gerais, por áreas e componentes, e as habilidades a serem constituídas pelos estudantes e que devem ser aprendidas e avaliadas pelos licenciandos desses cursos de formação.

Em consonância com as demandas impostas legalmente e socialmente para a educação brasileira, este PPC visa implantar o Curso de Licenciatura em Pedagogia PRIL/CEAD/ UFPI à luz das Resoluções: Resolução CNE/CP N. 2, de 20 de dezembro de 2019, a Resolução UFPI/CAMEN nº471/16, a Resolução 053/2019-CEPEX/UFPI e a Resolução 7 de 2018 do CNE/MEC.

2. INTRODUÇÃO

2.1 Justificativa

As alterações contidas nesse PPC são as que se seguem: Atividades complementares: a) Tabela 5 - Categoria: ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO, ajuste na carga horária máxima de todas as atividades, que deverão ser múltiplas das cargas horárias mínimas aproveitadas – página 46 ; b) Tabela 7 - Categoria: VIVÊNCIAS DE GESTÃO ajuste na carga horária máxima de todas as atividades, que deverão ser múltiplas das cargas horárias mínimas aproveitadas - página 47; c) Tabela 8 - Categoria: VISITAS TÉCNICAS, a carga horária máxima do currículo e a carga horária máxima aproveitada não poderão ser superiores à carga horária máxima permitida (10h) - página 48, conforme Resolução CEPEX/UFPI Nº 177/12.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS.

A partir da década de 1980 do século passado, estudos realizados por diversas instituições de formação e organização do ensino no nível superior evidenciaram muitos problemas de concepção no Curso de Pedagogia, ressaltando a existência de fragilidades no curso de formação de profissionais da educação. Esses estudos resultaram em um movimento nacional pela reformulação curricular dos Cursos de Pedagogia no Brasil.

Nesse período foram extintas as habilitações e se direcionou a formação para atuação nos anos iniciais, especialmente como professores, fundamentados na LDB, Lei nº 9.394/96. Em 2006, foi aprovada a Resolução CNE/CP nº 1, de 15/05/2006, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o Curso de Graduação em Pedagogia licenciatura. Essas Diretrizes definiam princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em

seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições responsáveis pelo curso.

Em 2014 com a aprovação da Lei nº 13.005/2014 que institui o novo Plano Nacional de Educação, novos desafios são impostos aos profissionais da Pedagogia no sentido de desenvolver suas funções tendo em vista garantir competência pedagógica para colaborar com ações que visem o alcance das metas previstas no plano, sobretudo aquelas que estão diretamente envolvidas com o trabalho desse profissional como as metas 1, 4, 5, 7, 12 e 15. As novas exigências impostas pelo novo PNE 2014-2024 incidem diretamente nos cursos de Pedagogia no Brasil, levando à aprovação da

Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de dezembro de 2017 que institui a Base Nacional Comum Curricular, um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar, e orientam sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares.

A Base Nacional Comum Curricular vem garantir o que preconiza a LDB no seu artigo 22, “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Portanto, os cursos de Pedagogia precisam organizar seus currículos no sentido de garantir aos graduandos vivências educativas que lhes capacite para exercerem a atividade docente com vistas a garantir que “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (Art. 26 da LDB, na redação dada pela Lei n° 12.796/2013).

Considerando o que determina a Resolução CNE/CP n° 2, de 22 de dezembro de 2017, no seu artigo 17 “Na perspectiva de valorização do professor e da sua formação inicial e continuada, as normas, os currículos dos cursos e programas a eles destinados devem adequar-se à BNCC, nos termos do §8º do Art. 61 da LDB, devendo ser implementados no prazo de dois anos, contados da publicação da BNCC, de acordo com Art. 11 da Lei n° 13.415/2017”, se faz necessário o planejamento e a organização de um currículo de formação de professores que atenda ao disposto em tal normativa.

Em função de tal realidade histórica, o curso de Pedagogia projetado nessa proposta parte da necessidade de garantir uma formação inicial aos graduandos que lhes capacitem para o exercício da atividade docente com vistas a assegurar aos alunos da educação básica, mais especificamente, aos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental o direito ao desenvolvimento de aprendizagens essenciais, concebidas neste documento como “como conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e a capacidade de mobilizá-los, articular e integrar, expressando-se em competências”. (Art. 2º Resolução CNE/CP N° 2/2017).

Para o alcance desse propósito, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia aqui idealizado articula-se com todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos na BNCC do Ensino Fundamental (séries iniciais), devendo também ser compreendido como equivalente à expressão “direitos e objetivos de aprendizagem” presente na Lei do Plano Nacional de Educação (PNE), assim como recomenda a Resolução (2017), bem como atende à Resolução CNE/CP N. 2, de 20 de dezembro de 2019.

É com esse objetivo que o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia PRIL/CEAD/UFPI

visa oferecer formação inicial para atender às necessidades e a organização da atual política curricular da Educação Básica e da Formação de Professores para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental; sendo desenvolvido em regime de colaboração com a rede estadual de educação dos municípios piauienses contemplados por meio de editais específicos, visando formar não somente jovens oriundos do ensino médio, mas, também professores em serviço na rede pública, contribuindo com o alcance da meta 15 do PNE que prevê formação específica de nível superior aos professores que estão em exercício na educação básica, por meio de Edital n 35 de 21 de junho de 2021 e Portaria MEC/SEB nº 412, de 17 de junho de 2021.

A Licenciatura em Pedagogia PRIL/CEAD/UFPI é um curso que vai funcionar de forma presencial, sistema crédito, o regime letivo é semestral.

Com o objetivo de atender ao disposto na resolução em termos de organização curricular, o curso de Pedagogia PRIL/CEAD/UFPI volta-se para formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental, pressupondo a articulação permanente entre teoria e prática, a interdisciplinaridade, a extensão como formação obrigatória, o uso das tecnologias digitais e metodologias ativas, prática educativa e empreendedora, inovação e responsabilidade social.

A matriz curricular do curso de Pedagogia PRIL/CEAD/UFPI organiza-se em três núcleos que constituem os percursos formativos: Percurso formativo I - Base comum (Fundamentos, metodologias e outros); Percurso formativo II (Aprofundamento e diversificação - conteúdos específicos e pedagógicos em sintonia com a BNCC); Percurso formativo III (Prática pedagógica - atividades curriculares de extensão, estágios supervisionados e prática como componente curricular).

Para Sacristán (2000) quando definimos um currículo estamos definindo também as funções da própria universidade e a maneira particular de enfocá-la num momento histórico e social determinado, para um nível ou modalidade de educação, numa trama institucional. Se a prática docente se configura como o currículo em ação, ocorre por vezes, conflitos e confrontos em torno do mundo cultural onde forças contrárias a mundialização procuram se fortalecer e se organizar de modo a fortalecer as bases locais. Para que se possa de maneira efetiva desenvolver um trabalho docente de qualidade, ou seja, um trabalho que atenda às necessidades de aprendizagem é imprescindível que se crie condições para o aluno relacionar os conhecimentos produzidos com a realidade da escola e do processo ensino- aprendizagem com o propósito de desenvolver práxis.

Nessa direção, o currículo norteia a ação do professor e que sua atuação possibilita ao aluno aprendizagens necessárias à construção coletiva de modo a propiciar descobertas de horizontes que ampliam e recriam o conhecimento. Desenvolver o pensamento crítico é uma necessidade para os alunos do curso, futuros professores, para que possam conhecer a realidade educacional e a forma de organização do trabalho docente, uma atividade complexa que exige a mobilização de conhecimentos. Destarte, o pensamento reflexivo crítico constitui dispositivo necessário para compreender o trabalho

docente, consubstanciado nos processos de consciência da práxis defendidos por Vázquez (1997), o qual admite que a verdadeira consciência da práxis só é alcançada no trabalho coletivo.

4. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Pedagogia PRIL/CEAD/UFPI, com formação interdisciplinar, está apto a atuar na docência dos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando o ensino, com a pesquisa e a extensão, utilizando metodologias ativas e a inovação tecnológica, visando contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, priorizando a escola pública, possibilitando vivências e aprendizagens que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade, a inovação e a responsabilidade social, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem, conforme mencionado no Art. VII - BNC – Formação (RESOLUÇÃO, CNE/CP Nº 2/2019).

Nesse sentido, o curso de formação inicial em pedagogia pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC - Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. (RESOLUÇÃO, CNE/CP Nº 2/2019).

Em consonância com o que determina a BNCC (BRASIL, 2018), para as séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), é requerido do licenciando em Pedagogia a progressão das múltiplas aprendizagens, articulando o trabalho com as experiências anteriores e valorizando as situações lúdicas de aprendizagem. Segundo a BNCC as características dos estudantes dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (BRASIL, 2010).

Ainda de acordo com a BNCC, ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a

progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

Vale lembrar que essa etapa do processo de ensino-aprendizagem (1º ao 5º ano), ainda resgata situações lúdicas, muito comuns nas atividades de educação infantil e a BNCC considera a alfabetização como etapa primária do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Com as mudanças apresentadas pela Base, o ciclo de alfabetização passa de três para dois anos, considerando a alfabetização o foco da aprendizagem das crianças no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.

No âmbito do Curso de Pedagogia PRIL/CEAD/UFPI vislumbra-se a formação docente que possibilite o desenvolvimento das correspondentes competências gerais:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.

2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.

3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para

formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores. (RESOLUÇÃO CNE/CP, Nº 2/2019).

Além das competências gerais, também se vislumbra para o licenciado em Pedagogia o desenvolvimento de competências específicas nas três dimensões fundamentais que se integram e se complementam na ação docente, são elas:

I - Conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional.

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes: I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações: I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas: I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar. (RESOLUÇÃO CNE/CP, Nº 2/2019).

Desse modo, ao compreender a docência como atividade pedagógica, intencional e metódica,

envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, não restam dúvidas que o processo de formação do pedagogo é contínuo e que o perfil do profissional e do egresso acontece no movimento dialético da produção de ser e estar professor, necessitando ser redimensionado, conforme as exigências sociais, históricas e culturais da realidade dinâmica da condição existencial do ser humano.

5. PERFIL DO DOCENTE

Conscientes de que o trabalho do professor de Pedagogia é desafiador diante da complexidade de formar profissionais capacitados não apenas para atuarem na sala de aula, mas também para refletirem e atuarem efetivamente na formação humana dos sujeitos em diferentes contextos sociais, respeitando as pluralidade e diversidades presentes na contemporaneidade, o Curso de Pedagogia PRIL conta com um quadro de docentes que são selecionados anualmente por meio de Edital via CEAD/UFPI com formação, em sua maioria, em Pedagogia, sendo portadores de mestrados e doutorados nas áreas das disciplinas ofertadas no Curso, considerando-se tanto as experiências acadêmicas e titulações dos docentes quanto às experiências profissionais destes, uma vez que a docência é compreendida como atividade complexa que demanda domínio de conteúdos e técnicas de ensino.

No Curso de Pedagogia PRIL/CEAD/UFPI, os docentes atuam diretamente na formação acadêmica e humana dos alunos, estando aptos a desenvolverem diversas ações, a saber: ministram disciplinas, elaboram e executam projetos de extensão que atendam os estudantes e a comunidade em geral, realizam pesquisas que colaboram para o desenvolvimento social e profissional de toda a comunidade local, planejam atividades de acompanhamento de ensino junto aos alunos que apresentam alguma dificuldade no processo de aprendizagem, realizam eventos educativos que abordam temáticas relacionadas ao Curso de Pedagogia, entre outras atividades inerentes à docência, à pesquisas e à extensão de maneira geral.

Os docentes do PRIL planejam de forma coletiva, garantindo a interdisciplinaridade entre as disciplinas, por meio do Plano de Trabalho Intergrado elaborado no início de cada semestre. Essa ação fortalecendo o trabalho colaborativo entre os docentes do Curso, possibilitando o acompanhamento dos rendimentos dos docentes de forma conjunta, estendendo a docência ao terreno das capacidades, habilidades e atitudes com uma nova metodologia de formação, que rompa com o individualismo. Princípios elaborados para guiar os docentes na ação pedagógica, à luz dos estudos de

Imbernón (2010):

- Aprender de forma colaborativa, dialógica, participativa, isto é, analisar, comprovar, avaliar, modificar em grupo.
- Propiciar uma aprendizagem da colegialidade participativa e não artificial, pois quando artificial ela é frequentemente provocada pela obrigação externa de se realizarem certos trabalhos que demandam um projeto coletivo, mas que acabam não tendo o necessário processo real de colaboração.
- Estabelecer uma correta sequência formadora, que parta dos interesses e das necessidades dos assistentes da formação.
- Aprender sobre a prática mediante a reflexão e a resolução de situações problemáticas.
- Aprender em um ambiente de colaboração, de diálogo profissional e de interação social:
- Criar um clima de escuta ativa e de comunicação.
- Elaborar projetos de trabalho em conjunto.
- Conhecer as diversas culturas do Curso para vislumbrar os possíveis conflitos no processo.

6. OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo geral:

Oferecer formação inicial continuada em Pedagogia, que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da educação básica e da formação de professores para atuarem nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), com competência teórico-prática e política no uso pedagógico das tecnologias, das metodologias ativas e empreendedoras, comprometidos com as questões educacionais e sociais locais, regionais e nacionais, em diferentes contextos.

6.2 Objetivos específicos:

- Promover a formação inicial continuada de qualidade para o exercício da docência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), em conformidade com a BNCC e BNC-Formação vigentes;
- Proporcionar vivências formativas em diálogo permanente com a escola e os outros segmentos sociais, garantindo, durante todo o curso, a articulação entre teoria e prática, academia e sociedade, ensino, pesquisa e extensão, a fim de

desenvolver as competências necessárias na formação do professor reflexivo, pesquisador, atuante, comprometido com as demandas da escola de educação básica e dos outros segmentos da sociedade;

- Incentivar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, voltadas para a docência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), por meio do uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, das metodologias ativas e do empreendedorismo;
- Estimular práticas pedagógicas interdisciplinares e em rede, com ênfase na troca de saberes e experiências, nas interações em diversos ambientes presenciais e virtuais e na construção coletiva de conhecimentos e de estratégias interventivas que possam melhorar a realidade das escolas e das comunidades em relação às suas demandas atuais.

7. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

7.1 Aspectos teóricos conceituais

A educação é um processo social que tem um imenso valor para o desenvolvimento da sociedade. Leontiev (1978) comungando dessa ideia afirma que todo povo, nação ou comunidade, que atinge certo grau de avanço, encontra na educação razão que justifica o seu desenvolvimento, isso porque “[...] o movimento da história só é possível com a transmissão, às novas gerações das aquisições da cultura humana, isto é, da educação.” (p. 267).

Dewey (1973, p. 19) nos adverte que “a vida social se perpetua por meio da educação. O que a reprodução e a nutrição são para a vida fisiológica, a educação é para a vida social.” E complementa que esse processo de reprodução da vida social se dá mediante a transmissão e a comunicação entre as pessoas. Com o avanço histórico da humanidade, percebemos que esse processo, quanto mais organizado, sistematizado, planejado e historicamente situado, mais carrega o potencial de cumprir papel fundamental no processo de desenvolvimento da sociedade. A essa educação organizada, sistematizada, planejada e historicamente situada chamamos de educação escolar.

Em nossa sociedade, a educação escolar como prática social, é cada vez mais presente e necessária na vida social, o que tem levado ao crescente interesse do cidadão consciente, e, especialmente, educadores e gestores, a exigirem políticas públicas que possam assegurar às crianças e

jovens em idade escolar o acesso a uma educação de qualidade que lhes possibilite a relação com a cultura organizada, produzida e desenvolvida e apropriada por meio dos processos educativos escolares. O acesso aos conteúdos culturais que possam favorecer a produção de conhecimentos necessários ao pleno desenvolvimento dos estudantes na escola deve ser meta perseguida por todos os educadores e educadoras comprometidos com a formação de uma sociedade mais digna e mais justa.

Mesmo reconhecendo os avanços alcançados no Brasil nos últimos anos, é hora de continuar reunindo esforços no sentido de alcançar melhores índices de qualidade em relação aos resultados educacionais que ainda permanecem críticos em nosso país. Isso exige dos educadores o conhecimento da realidade brasileira que extrapola os muros da escola.

Um passo importante em nosso país foi à aprovação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC para a Educação Básica. Com esse passo, a sociedade tem a garantia institucional de que todas as crianças, adolescentes e jovens matriculados na Educação Básica terão a oportunidade de se relacionar com “aquilo que devem aprender na educação básica, o que inclui tanto os saberes como a capacidade de mobilizá-los.” (BNCC, 2018, p. 12). Nessa direção, a sociedade brasileira caminha rumo a solucionar aquele que certamente se constitui na atualidade o grande problema da Educação Básica em nosso país, isto é, a melhoria da qualidade da aprendizagem escolar.

A BNCC da Educação Básica é uma conquista que se consubstancia como um documento que tem como finalidade garantir uma educação escolar voltada para o atendimento de necessidades indispensáveis ao exercício da cidadania e responder à diversidade de expectativas dos estudantes brasileiros, desde a educação infantil ao ensino médio. Isso ajuda a reafirmar que a educação escolar é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais desenvolvida e que a formação de professores e as práticas educativas são mediações fundamentais à constituição de uma educação escolar de qualidade.

A Psicologia Histórica Cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica fundamentam o entendimento de que a educação escolar se diferencia de outras práticas pela responsabilidade de introduzir, no dia a dia dos processos educativos, os conceitos científicos das ciências básicas e torná-los acessíveis à aquisição dos sujeitos e que, além do papel de propiciar a disseminação da herança cultural humana, a instituição escolar deve assumir o papel da humanização dos sujeitos sociais.

A humanização, segundo Vigotski (1998), acontece na medida em que os seres humanos se apropriam dos produtos da cultura humana e, com isso, desenvolvem novas formas de se relacionar com o mundo. Em nossa sociedade, a educação escolar tem a função de garantir esse processo de apropriação, que se dá mediante a aprendizagem. Portanto, quando a educação escolar cumpre seu papel, de garantir a aprendizagem dos educandos, concretiza aquilo que é necessário e que é condição para o desenvolvimento do ser, isto é, o surgimento de funções psicológicas superiores.

Vigotski (2018), ao fazer referência ao aprendizado escolar, esclarece que todo bom ensino é

aquele que promove o surgimento do novo, e que a aprendizagem é efetiva quando, como condição prévia, transforma-se em desenvolvimento real do sujeito. Em outras palavras, Vigotski faz referência ao aparecimento das funções psicológicas superiores que impulsionam o desenvolvimento dos seres humanos e que só se efetiva na presença de condições e de mediações que favoreçam esse processo.

Disso depreendemos que a qualidade do desenvolvimento psicológico do estudante não é inerente a qualquer atividade que se realiza na escola, mas depende de como essa atividade está organizada. Baseados nessa proposição, entendemos como fundamental que os professores em processo de formação vivenciem experiências formativas que possam levá-los ao desenvolvimento de competências profissionais que colaborem com o desenvolvimento da atividade profissional planejadas, organizadas e operacionalizadas de forma inovadora, ou seja, como meio de superar o velho e tradicional ensino descontextualizado de conteúdos, e assuma como intencionalidade, a formação de educandos críticos e autônomos, “entendendo a crítica como a compreensão informada dos fenômenos naturais e culturais, e a autonomia como a capacidade de tomar decisões fundamentadas e responsáveis.” (BNCC, 2018, p. 463).

A concretização dessa intencionalidade somente se realiza mediante processos formativos organizados para este fim, nos quais, sejam oferecidos aos licenciandos de Pedagogia experiências que propiciem: a) uma sólida formação alicerçada nos fundamentos da educação humana; b) articulação permanente entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do curso, seja através da prática como componente curricular obrigatório, seja através de estágio que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula sob a orientação de um professor; c) a interação dialógica com os diversos segmentos sociais por meio das atividades curriculares de extensão que resultem em melhorias na vida das populações; d) conhecimentos interdisciplinares, uso de tecnologias digitais e o desenvolvimento de habilidades inovadoras e empreendedoras necessárias na superação dos desafios da contemporaneidade.

Não se pode perder de vista que o professor como ser sócio-histórico, tem sua constituição profissional determinada por múltiplos fatores, dentre eles, as condições objetivas articuladas às condições subjetivas de trabalho. Isso significa que o sucesso de suas práticas é produzido em consonância com as condições históricas que encontra e que produz. Portanto, a qualidade da prática educativa do professor é reflexo da sua trajetória de formação e atuação profissional, das condições de trabalho e das mediações sócio-afetivas que constituem seu fazer docente. No que se refere à formação, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia PRIL/CEAD/UFPI tem o objetivo de propiciar um ensino que permita o licenciando desenvolver, como profissional, uma prática educativa de qualidade.

7.2 Aspectos teóricos metodológicos

O Curso de Pedagogia PRIL/CEAD/UFPI que integra o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares será destinado à formação do docente para os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), em consonância com o que preconiza as normativas vigentes sobre a respectiva formação e as diretrizes do PRIL, expressas no Edital 35/2021 - SEB/MEC, prevê o seu desenvolvimento a partir dos seguintes aspectos teórico-metodológicos:

1. O compromisso com metodologias ativas, inovadoras e inclusivas;
2. A articulação permanente entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
3. O desenvolvimento de habilidades, competências e visão de mundo empreendedor;
4. O compromisso com as tecnologias e linguagens digitais, tecnologias assistivas e inclusivas como recurso para o desenvolvimento de novas competências profissionais sempre articuladas com as demandas da sociedade;
5. O reconhecimento e a valorização da escola de educação básica como locus permanente de formação e desenvolvimento profissional, de aprendizagem e de formação de competências ligadas à gestão educacional;
6. O reconhecimento e a valorização da avaliação formativa como dimensão pedagógica essencial no processo formativo e no desenvolvimento da atividade profissional docente;
7. Formação teórico-prática sólida, interdisciplinar e articulada, permitindo a compreensão da educação em todas as suas dimensões, de modo a responder às exigências da realidade atual em relação à educação escolar e às necessidades e problemas sociais e às demandas da escola pública.

8. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DAS DIMENSÕES FORMATIVAS

Conforme definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, o processo formativo para o exercício da docência pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC - Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral (BRASIL, 2019).

Nessa perspectiva, o curso de Pedagogia da UFPI, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares,

está organizado em função dos objetivos propostos, direcionando-se para formar o perfil profissional definido neste projeto.

Nesse sentido, sua estrutura curricular está alinhada à BNCC – Educação Básica (BRASIL, 2018), às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação (BRASIL, 2019), corroborando para o desenvolvimento das competências e habilidades definidas na legislação, que se referem a três dimensões fundamentais do processo formativo: I – Conhecimento profissional; II – Prática profissional; e III – Engajamento profissional, que se integram e complementam durante a trajetória formativa na Universidade. Esta estrutura também está alinhada com as normativas nacionais e da UFPI citadas e a proposta de formação de professores da rede UFPI/UESPI/UNICAP, submetida ao edital 35 do pril)

Em sua organização, o currículo do curso fundamenta-se no regime seriado semestral, formada por componentes curriculares teóricos e práticos, obrigatórios e optativos, articulados entre si, totalizando 8 períodos letivos.

O currículo é, portanto, composto de disciplinas interconexas de caráter teórico-prático, de Atividades Complementares (AC), de Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

É relevante reiterar que, já no primeiro ano do curso, o aluno deverá vivenciar situações variadas de organização da prática e do trabalho coletivo e interdisciplinar, tendo, assim, a oportunidade de articular teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, numa articulação estreita entre a Universidade e as redes de ensino estaduais e municipais, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas (BRASIL, 2019).

Para tal, o processo de formação possibilitará, ao licenciando, aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica ativa, inovadora, alinhada com a BNCC e a BNC-Formação, com uso pedagógico das tecnologias, como, por exemplo, de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), visando empreender outras possibilidades complementares de organização do trabalho pedagógico nas escolas e de aprendizagem dos discentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

8.1 Requisitos legais

Com base nos princípios norteadores da organização curricular, definidos no Art. 7º e nos fundamentos pedagógicos prescritos no Art. 8º da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de

2019, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (BRASIL, 2019) e com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), que menciona que a Educação Básica deve contribuir para a articulação e a coordenação das políticas e ações educacionais em relação à formação de professores, devendo, o licenciando, desenvolver competências gerais e específicas para o desempenho, com qualidade, da função docente, o currículo deste Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia está organizado de modo a oportunizar ao licenciando o desenvolvimento das competências gerais estabelecidas pela BNCC e das competências gerais definidas na BNC-Formação.

Tais competências gerais desdobram-se em competências específicas e em habilidades correspondentes. Essas competências específicas referem-se a três dimensões fundamentais, que se integram e se complementam na ação docente de modo interdependente e sem hierarquia, a saber: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional. Neste PPC, as referidas competências e habilidades estão descritas no perfil do egresso.

Visando o desenvolvimento dessas competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, a estrutura curricular do curso, considerando os Art. 10 e 11 da Resolução CNE/CP nº 2/2019, está organizada em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, considerando o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, a saber:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Vale destacar que, seguindo o Art. 11 da Resolução CNE/CP nº 2/2019, pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009).

7.2 Estrutura curricular

O Curso de Pedagogia PRIL da UFPI, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares, formará o profissional para nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, a estrutura curricular está baseada na oferta dos componentes curriculares e na formação sustentada nos princípios e fundamentos definidos pela Resolução CNE/CP nº 2/2019.

Na busca para a garantia da formação proposta, a organização curricular pautar-se-á em três percursos formativos, definidos com base nos grupos de estudos referenciados na Resolução CNE/CP nº 2/2019: Percurso formativo I – Base comum (fundamentos, metodologias e outros); Percurso formativo II - Aprofundamento e diversificação (conteúdos específicos e pedagógicos em sintonia com a BNCC); Percurso formativo III – Prática pedagógica (estágios supervisionados e prática como componente curricular).

Quadro 1 – Percursos formativos do Curso com respectivos componentes curriculares

Percurso formativo	Componentes Curriculares
<p style="text-align: center;">PERCURSO FORMATIVO I</p> <p style="text-align: center;">Base comum</p> <p style="text-align: center;">(fundamentos, metodologias e outros).</p>	Fundamentos Históricos da Educação
	Leitura e Produção de Textos
	Fundamentos Sociológicos da Educação
	Fundamentos Filosóficos da Educação
	Fundamentos Psicológicos da Educação
	Fundamentos Antropológicos da Educação
	Política e Legislação da Educação Básica
	Financiamento da Educação Básica
	Didática Geral
	Currículo, Gestão e Unidades Escolares
	Matemática do Ensino Fundamental
	Avaliação da Aprendizagem
	Fundamentos Psicossociais da Aprendizagem
	Fundamentos e Didática da Educação Especial
	Educação e Movimentos Sociais
Educação Ambiental e Sustentabilidade	

	TCC I
	TCC II
PERCURSO FORMATIVO II Aprofundamento e diversificação (conteúdos específicos e pedagógicos em sintonia com a BNCC)	Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação
	Linguística e Alfabetização
	Alfabetização e Letramento
	Letramento matemático e digital
	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
	Didática das Ciências da Natureza
	Didática da Língua Portuguesa
	Didática da Matemática
	Didática da Geografia
	Didática da História
	Didática da Arte
	Metodologias ativas de aprendizagem
	Educação e Empreendedorismo
PERCURSO FORMATIVO III Prática pedagógica (atividades curriculares de extensão, estágios supervisionados e prática como componente curricular)	Atividades Complementares
	Atividades Curriculares de Extensão
	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

Fonte: produzido pela Comissão de elaboração do PPC

A organização explícita no Quadro 1 é uma configuração didática, para uma visualização de como os componentes curriculares integram cada percurso formativo. No desenvolvimento do Curso, esses percursos vão se entrelaçando, sendo os diversos componentes curriculares que os integram trabalhados ao longo de todo o processo formativo.

A relação orgânica entre teoria e prática representa a característica essencial do currículo e está concretizada pela estreita vinculação entre o ensino acadêmico-científico e o campo de atuação docente, a escola. Isto corrobora as funções básicas da universidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão como princípios pedagógicos essenciais ao desenvolvimento da condição de ser e estar docente.

A organização curricular visa garantir ao licenciando a matrícula em ofertas de componentes curriculares, bem como uma formação alicerçada nos princípios formativos realçados por meio da

interdisciplinaridade, da contextualização, da explicitação da unidade teoria-prática e do trabalho coletivo, evidenciando relação orgânica entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em face disso, a estrutura curricular está organizada por meio dos Percursos Formativos, apresentando coerência com o que propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (BRASIL, 2019) e, em decorrência, propiciando formação mais dinâmica, contextualizada e compartilhada dos componentes curriculares propostos para o curso com a prática pedagógica desenvolvida pelos profissionais.

7.3 Percursos formativos

Os percursos formativos integram todo o percurso do currículo, cujo propósito é materializar o processo acadêmico de formação na compreensão e explicitação da unidade teoria- prática. Destarte, a Matriz Curricular está organizada em três Percursos formativos (Base comum; Aprofundamento e diversificação; Prática pedagógica). Embora distintos, os percursos estão interconectados e são indissociáveis no movimento concomitante da relação teoria e prática, bem como do movimento da prática pedagógica de formadores e formandos.

O currículo do Curso de Pedagogia PRIL/CEAD/UFPI constitui-se de formação docente pro meio das Disciplinas Obrigatórias, Optativas e Eletivas, articuladas com as Atividades Complementares (AC) e Atividades Curriculares de Extensão (ACE), realçando conteúdos que favoreçam a compreensão do contexto sócio-histórico e cultural necessário à reflexão crítica sobre a educação e o aprendiz. Os percursos constituem-se numa interação de áreas de conhecimento que explicitam a relação geral-particular-singular. O que expressa os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e que constituem o geral do que todos os professores necessitam aprender; as especificidades da formação de professores em nosso Estado é o que constitui o singular, mediado pelas relações particulares entre as áreas de conhecimento.

A compreensão de percursos que orienta este PPC é da expressão da essência dos conhecimentos dos diferentes componentes curriculares, articulados em conjunto como uma totalidade de conteúdo, saberes que compõem o processo formativo dos professores que irão atuar no anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Os Percursos formativos estão presentes nos componentes curriculares que constituem conteúdo e forma do currículo do Curso de Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares PRIL/CEAD/UFPI. Assim, a estrutura curricular do curso organiza esses percursos como condição para implementação do princípio da interdisciplinaridade.

7.4 Categorias de disciplinas curriculares: obrigatórias, optativas e eletivas.

Na organização curricular, estão definidas três categorias de disciplinas: obrigatórias, optativas e eletivas. As disciplinas obrigatórias destinam-se a propiciar ao licenciando formação teórica sólida e consistente nos conteúdos da Pedagogia e das ciências afins, bem como no domínio dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, para a produção de uma prática educativa na perspectiva da Educação Integral.

As disciplinas optativas destinam-se ao aprofundamento dos conteúdos próprios de um campo mais especializado da atuação do pedagogo, propiciando ao aluno outras possibilidades para a sua formação profissional, bem como o incentivo necessário, objetivando a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação. O aluno deverá cursar, obrigatoriamente, duas disciplinas optativas de sessenta (60) horas que devem ser disponibilizadas para realização de matrícula aos alunos (as) a partir do segundo período do curso de Licenciatura em Pedagogia.

As disciplinas eletivas têm a finalidade de ampliar e enriquecer os conhecimentos do aluno, considerando seu interesse em estudar conteúdos específicos de outros cursos, mas que possuam afinidades com a ciência pedagógica e constituam-se em aspecto integralizador do currículo, inclusive o discente pode fazer uso nas Atividades Complementares (AC).

No Curso de Pedagogia PRIL da Universidade Federal do Piauí, serão aceitas como Atividades Complementares as disciplinas eletivas cursadas em outros cursos que estiverem relacionadas com a área da Pedagogia, podendo também estar relacionadas com os eixos temáticos das Atividades Curriculares de Extensão: Ética e cidadania; Inovação tecnológica; Inclusão socioeducacional; Empreendedorismo; Políticas educacionais; Práticas educativas; Diversidade e educação, obedecendo ao regulamento das ACEs (ANEXO III). A carga horária das eletivas deverá ser de, no mínimo, 30h e no máximo 120 h, podendo ser aproveitada a carga horária das disciplinas eletivas cursadas tanto na UFPI como em outras Instituições de Ensino Superior.

As disciplinas eletivas deverão estar alinhadas às Propostas Institucionais do Curso de Pedagogia PRIL, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). As disciplinas eletivas que não atenderem ao exposto no PPC do curso de Pedagogia PRIL/UFPI não serão integralizadas como Atividades Complementares (AC).

12.1.2 Matriz curricular

Quadro 2 - Matriz curricular do Curso de Pedagogia – PRIL / UFPI

Período	Disciplinas	Carga Horária	Créditos	Carga Horária PCC
1º Período	Fundamentos Históricos da Educação	60h	3.1.0	1
	Fundamentos Sociológicos da Educação	60h	3.1.0	1
	Fundamentos Filosóficos da Educação	60h	3.1.0	1
	Leitura e Produção de Textos	60h	3.1.0	1
	Iniciação ao Trabalho Científico e à Pesquisa em Educação	75h	4.1.0	1
	TOTAL DO SEMESTRE	315h	21	75h
2º Período	Fundamentos Psicológicos da Educação	60h	3.1.0	1
	Fundamentos Antropológicos da Educação	60h	3.1.0	1
	Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação	75h	4.1.0	1
	Financiamento da Educação Básica	60h	3.1.0	1
	Didática Geral	60h	3.1.0	1
	TOTAL DO SEMESTRE	315h	21	75h
3º Período	Política e Legislação da Educação Básica	60h	3.1.0	1
	Currículo, Gestão e Unidades Escolares	75h	4.1.0	1
	Avaliação da Aprendizagem	60h	3.1.0	1
	Fundamentos e Didática da Educação Especial	90h	4.2.0	2
	Matemática do Ensino Fundamental	75h	4.1.0	1
	TOTAL DO SEMESTRE	360h	24	90h
4º Período	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	60h	3.1.0	1
	Fundamentos Psicossociais da Aprendizagem	75h	4.1.0	1
	Linguística e Alfabetização	60h	3.1.0	1
	Alfabetização e Letramento	75h	4.1.0	1
	Letramento matemático e digital	75h	4.1.0	1
	TOTAL DO SEMESTRE	345 h	23	75h
5º Período	Didática da História	75h	4.1.0	1
	Didática das Ciências da Natureza	75h	4.1.0	1
	Didática da Língua Portuguesa	75h	4.1.0	1
	Didática da Matemática	75h	4.1.0	1
	Estágio Supervisionado I	75h	1.0.4	0

	TOTAL DO SEMESTRE	375h	25	60h
6º Período	Didática da Geografia	75h	4.1.0	1
	Didática da Arte	75h	4.1.0	1
	Estágio Supervisionado II	90 h	0.0.6	0
	Leitura literária na escola	60h	3.1.0	1
	Metodologias ativas de aprendizagem	60h	3.1.0	1
	TOTAL DO SEMESTRE	360h	24	60h
7º Período	Educação e Movimentos Sociais	60h	3.1.0	1
	Educação e Empreendedorismo	60h	3.1.0	1
	TCC I	30h	1.1.0	1
	Estágio Supervisionado III	120h	0.0.8	0
	Optativa I	60h	4.0.0	0
	TOTAL DO SEMESTRE	330h	22	15h
8º Período	Educação, diversidade cultural e inclusão social.	60h	3.1.0	1
	Educação Ambiental e Sustentabilidade	60h	3.1.0	1
	TCC II	60h	0.4.0	4
	Estágio Supervisionado IV	120h	0.0.8	0
	Optativa II	60h	4.0.0	0
	TOTAL DO SEMESTRE	360h	24	90h
	TOTAL DE PCC			540h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		200h		
ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO		330h		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO DE PEDAGOGIA		3.290h		

Fonte: produzido pela Comissão de reelaboração do PPC

DISCIPLINAS OPTATIVAS - COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)	NÍVEL VINCULADO (Período letivo ao qual será ofertado)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA		
CEAD/UFPI	Disciplina	-	Metodologias e Contextos da Ação Pedagógica	4.0.0	60	Não possui	7°
CEAD/UFPI	Disciplina	-	História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	4.0.0	60	Não possui	7°
CEAD/UFPI	Disciplina	-	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação no campo	4.0.0	60	Não possui	7°
CEAD/UFPI	Disciplina	-	Tópicos Especiais da Educação	4.0.0	60	Não possui	8°
CEAD/UFPI	Disciplina	-	Português I – Prática de Redação	4.0.0	60	Não possui	8°
CEAD/UFPI	Disciplina	-	Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos	4.0.0	60	Não possui	8°
			TOTAL: 06 Disciplinas				

12.1.3 Prática como componente curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) tem como pressuposto o reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, indo esta, no bojo desta proposta, muito além do momento de estágio obrigatório, estando presente desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrada.

Assim, a PCC está definida nos princípios curriculares desta proposta para formação docente da Educação Básica, visando a integração entre a teoria e a prática. A prática nas disciplinas teóricas será desenvolvida a partir de procedimentos de observação direta e reflexão do futuro docente para a sua atuação contextualizada como profissional, devendo essa execução configurar-se como uma expressão da ação conjunta dos professores envolvidos com o curso.

As 400 (quatrocentas) horas da Prática como Componente Curricular serão distribuídas ao longo do processo formativo, como determina o Art. 15 da Resolução CNE/CP nº 2/2019, sendo as atividades realizadas, preferencialmente, em escolas e instituições públicas conveniadas com a UFPI, de modo que seja promovida a união entre a teoria e a prática e entre a UFPI e o campo de atuação docente.

Em consonância com o § 3º do Art. 15 da Resolução CNE/CP nº 2/2019, as atividades que configuram a PCC serão realizadas com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, partindo da familiarização inicial do licenciando com a atividade docente, sendo este conduzido, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa.

Visando o registro e o acompanhamento do percurso formativo do licenciando será utilizado o portfólio como instrumento de reflexão, avaliação e produção de conhecimento. Este instrumento, conforme definido pelo Art. 15 da Resolução CNE/CP nº 2/2019, visa compilar evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo, traduzidas em atividades, como planejamento de sequências didáticas, a aplicação de aulas, a aprendizagem dos educandos e as devolutivas dadas pelo professor.

Este instrumento, portanto, será um referencial para os professores formadores da Universidade, no sentido de considerá-lo tanto para a avaliação formativa dos licenciandos quanto para a avaliação somativa. Portanto, algumas atividades desenvolvidas no bojo dos componentes curriculares que constituem a PCC devem culminar para a sua integração no Portfólio.

Nesse sentido, a Prática como Componente Curricular (PCC), neste projeto do curso de Pedagogia, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares, está explicitada nos componentes curriculares, perpassando os grupos de componentes dos dois primeiros percursos formativos, conforme normatizado pelas DCN de 2019. O Quadro 3 demonstra as disciplinas que constituem intencionalmente a Prática como Componente Curricular (PCC)

Quadro 3 – Prática como componente curricular – PPC

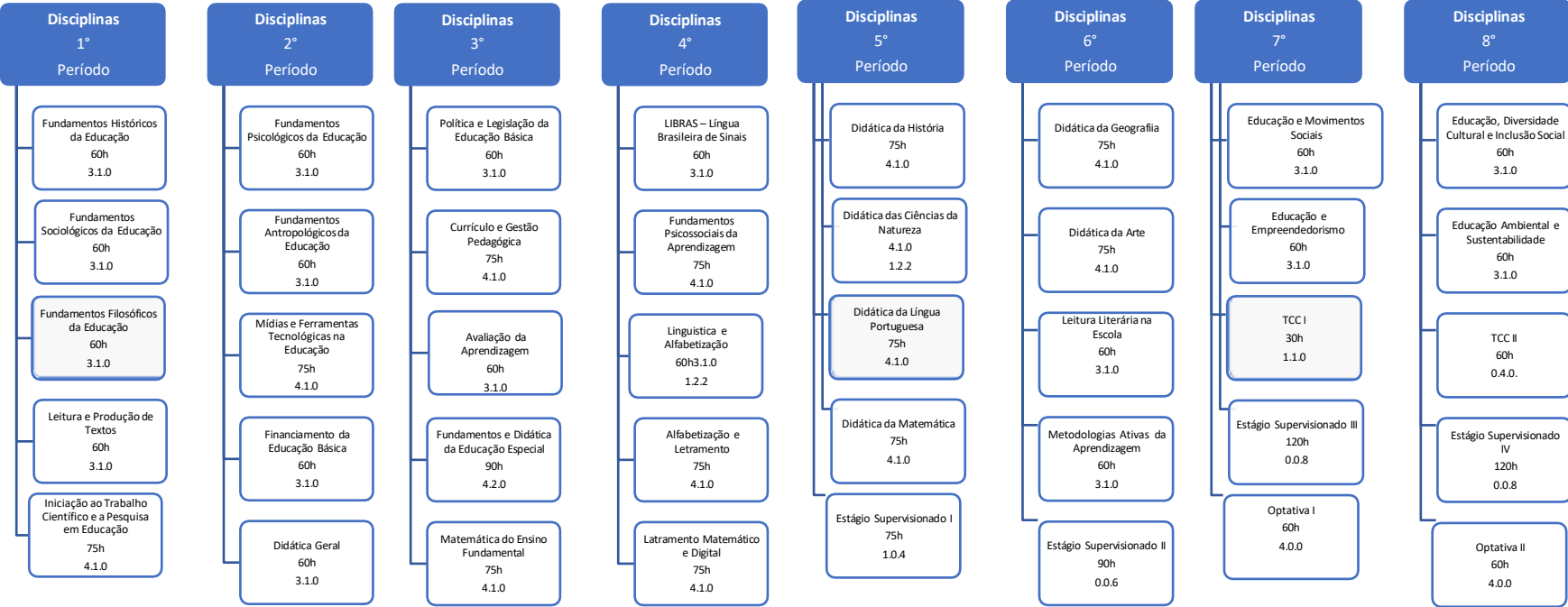
Período	Disciplinas	Carga Horária PCC
1º	Fundamentos Históricos da Educação	1
	Fundamentos Sociológicos da Educação	1
	Fundamentos Filosóficos da Educação	1

Período	Leitura e Produção de Textos	1
	Iniciação ao Trabalho Científico e à Pesquisa em Educação	1
	TOTAL DO SEMESTRE	75h
2º Período	Fundamentos Psicológicos da Educação	1
	Fundamentos Antropológicos da Educação	1
	Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação	1
	Financiamento da Educação Básica	1
	Didática Geral	1
	TOTAL DO SEMESTRE	75h
3º Período	Política e Legislação da Educação Básica	1
	Currículo, Gestão e Unidades Escolares	1
	Avaliação da Aprendizagem	1
	Fundamentos e Didática da Educação Especial	2
	Matemática do Ensino Fundamental	1
	TOTAL DO SEMESTRE	90h
4º Período	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	1
	Fundamentos Psicossociais da Aprendizagem	1
	Linguística e Alfabetização	1
	Alfabetização e Letramento	1
	Letramento matemático e digital	1
	TOTAL DO SEMESTRE	75h
5º Período	Didática da História	1
	Didática das Ciências da Natureza	1
	Didática da Língua Portuguesa	1
	Didática da Matemática	1
	Estágio Supervisionado I	0
	TOTAL DO SEMESTRE	60h
6º Período	Didática da Geografia	1
	Didática da Arte	1
	Estágio Supervisionado II	0
	Leitura literária na escola	1
	Metodologias ativas de aprendizagem	1

	TOTAL DO SEMESTRE	60h
7º Período	Educação e Movimentos Sociais	1
	Educação e Empreendedorismo	1
	TCC I	1
	Estágio Supervisionado III	0
	Optativa I	0
	TOTAL DO SEMESTRE	15h
8º Período	Educação, diversidade cultural e inclusão social.	1
	Educação Ambiental e Sustentabilidade	1
	TCC II	4
	Estágio Supervisionado IV	0
	Optativa II	0
	TOTAL DO SEMESTRE	90h
	TOTAL GERAL DE PCC	540h

Fonte: produzido pela Comissão de reelaboração do PPC

7.4.3 Fluxograma



7.4.4 Atividades Curriculares de Extensão

As Atividades Curriculares de Extensão enquanto componentes curriculares obrigatórios são relevantes no processo de formação acadêmica por promoverem qualidade na formação integral dos estudantes universitários e possibilitar a formação de sujeitos críticos e responsáveis na sociedade.

A Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira enfatiza no seu Art 4. que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos, devendo: I promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Diante disso, a Universidade Federal do Piauí – UFPI elaborou a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI (ANEXO III) que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição. De acordo com a mencionada Resolução, as Atividades Curriculares de Extensão – ACE objetivam:

- Rearfirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para cidadania e o seu papel social;
- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedades;
- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares PRIL/UFPI, com o intuito de atender o que é imposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e na Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI, destina a carga horária de 330 horas para a realização das

Atividades Curriculares de Extensão – ACE. Tal carga horária compreende 10, 03% da carga horária total do Curso de Pedagogia – PRIL, conforme Matriz Curricular exposta neste PCC.

Vale ressaltar que as atividades de extensão para serem integralizadas como componentes curriculares obrigatórios (ACEs) deverão ter os estudantes como executores das ações a serem realizadas presencialmente, diferindo assim das atividades de extensão a serem integralizadas como "atividade complementar" que pode ter o aluno como público e ser realizada na modalidade à distância.

A conclusão do Curso pelo aluno de Pedagogia/PRIL dependerá da integralização total de 330 horas de ACE definidas neste PPC.

A regulamentação das ACEs para o Curso de Pedagogia -PRIL será melhor descrita no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão, em anexo.

7.4.5 Estágio supervisionado de ensino obrigatório

Em consonância com a Resolução CNE/CP nº 2/2019, o Curso de Pedagogia, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares, tem a prática na escola como ponto central, por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio. Cabe à toda a equipe docente do curso o planejamento e o acompanhamento sistemático das atividades de estágio obrigatório.

Considerando que a prática permeará todo o processo formativo do licenciando, este, ao chegar no estágio supervisionado de ensino obrigatório estará familiarizado com a atividade docente e com o ambiente da escola e da sala de aula. Assim, o estágio supervisionado de ensino obrigatório permitirá a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso. De acordo com a proposta do PPC do Curso de Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares (2022), serão destinadas 405 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, sendo realizadas atividades de Observação e Regência em campo.

O Estágio inicia no quinto semestre e se estende até o oitavo semestre do Curso. Está organizado em 04 (quatro) disciplinas, assim distribuídas:

Estágio Supervisionado I - Observação do Tempo/espaço nos anos iniciais do ensino Fundamental. Realidade dos espaços escolares e sua organização educativa; o trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental em espaços escolares.

- Estágio Supervisionado II – Observação do Tempo/espaço no 1º ano do Ensino fundamental dos anos iniciais e Regências orientadas e supervisionadas no 1º ano do Ensino fundamental/espaços

escolares.

- Estágio Supervisionado III - Observação do Tempo/espaço nos anos iniciais do ensino Fundamental/2º e 3º ano. Regências orientadas e supervisionadas nos anos iniciais do Ensino fundamental/2º e 3º ano.
- Estágio Supervisionado IV - Observação do Tempo/espaço nos anos iniciais do ensino Fundamental/4º e 5º ano. Regências orientadas e supervisionadas nos anos iniciais do Ensino fundamental/4º e 5º ano.

As atividades docentes regulares na educação básica deverão ser comprovadas, para fins de aproveitamento, em área específica do licenciando, podendo-se conceder redução de horas, conforme indicação de resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica (redação dada pela Resolução nº 089/18-CEPEX).

O Estágio não obrigatório, regulamentado pela Lei nº 11.788, de 25/09/2008 e pela Resolução CEPEX/UFPI nº 664/2024, não constitui elemento obrigatório curricular, podendo ser desenvolvido pelos alunos do Curso de Pedagogia como atividade opcional, de acordo com normas estabelecidas internamente pela Instituição.

Conforme as Ementas das Disciplinas de Estágios, apresentadas no PPC do Curso de Pedagogia, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares do Curso, as atividades de Estágios se caracterizam pelas seguintes ações:

7.4.6 Descrição do acompanhamento do estágio

As diretrizes gerais e normas de operacionalização do Estágio Supervisionado para as diversas licenciaturas da UFPI objetiva a priori subsidiar o estudante estagiário nos aspectos legais que respaldam o estágio na Instituição, como também nos aspectos técnico-metodológicos das diferentes fases/momentos a serem vivenciados na sua formação acadêmica. Será considerado reprovado o aluno que não cumprir com a frequência de 75% e nota atribuída 7,0 (sete) (Resolução 177/12 CEPEX).

A seguir as DEFINIÇÕES DOS TERMOS que são utilizadas no Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Pedagogia - PRIL:

- **CAMPO DE ESTÁGIO** – Local credenciado (instituições escolares) pela Coordenação de Estágio Curricular – CEC/PREG, onde o estudante realiza atividades de estágio.

- **ESTUDANTE-ESTAGIÁRIO** – Aluno matriculado na disciplina Estágio Obrigatório, encaminhado oficialmente ao Campo de Estágio.
- **COORDENADOR DE ESTÁGIO** – Professor da UFPI, indicado com portaria para dialogar com a Coordenadoria Geral de Estágios – CGE, realizar os cadastros dos estudantes no SIGAA, dialogar com docentes e discentes sobre a logística dos estágios na UFPI
- **PROFESSOR DE ESTÁGIO** – Docente selecionado para ministarr a disciplina Estágio Obrigatório e proceder como Orientador das atividades no campo de estágio.
- **DOCENTE-SUPERVISOR** – Professor da escola/turma do campo de estágio, onde são desenvolvidas as atividades de estágio.
- **PLANO DE ESTÁGIO** – Documento elaborado pelo aluno-estagiário com a orientação do docente-supervisor e coordenador de estágio, contendo o detalhamento das atividades de estágio.

No Curso de Pedagogia, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares, o Coordenador de Estágio desenvolver atividades que contribuam para o funcionamento das aulas, conforme seja o funcionamento das Escolas e a indicação do Docente-Supervisor; também deverão ser desenvolvidas microaulas gravadas, construção de vídeos e/ou podcasts, elaboração e resolução de lista de atividades e exercícios que contribuirão/complementarão trabalho dos Docentes Supervisores nas escolas.

Quanto às atividades de observação no âmbito dos Estágios, estas deverão ser realizadas em campo de forma presencial. O Coordenador de Estágio elaborará, juntamente com o Estudante-estagiário, um Plano de Estágio, que se trata de um Documento elaborado pelo aluno-estagiário, com a orientação do docente-supervisor e coordenador de estágio, contendo o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas durante o estágio. Nesse Plano deverá ser incluindo um Cronograma para Execução das Atividades de Observação e de Regências na escola, contendo datas e carga horária definida para cada ação, considerando o calendário letivo das escolas e o Calendário da UFPI para o Curso de Pedagoia – PRIL do período vigente. Cabe ao Coordenador de Estágio elaborar um Cronograma contendo os dias e horários das visitas presenciais às escolas-campos em que os alunos-estagiários estarão lotados, devendo fazer o monitoramento, a orientação e a avaliação das atividades desenvolvidas pelos Estudantes-estagiários.

O Estágio, também deverá desenvolver ações de pesquisa e extensão, possibilitando ao aluno

estagiário refletir sobre sua prática durante e depois do estágio. Para isso, serão desenvolvidos relatos de experiências, cursos, construção de resumos simples ou expandidos (construídos a partir de relatórios de estágios desenvolvidos anteriormente), para serem posteriormente compartilhados com a comunidade acadêmica e sociedade em geral, podendo ser publicados em eventos acadêmicos. Objetivando a operacionalização das propostas de Estágio, seguem algumas orientações:

- Os Estudantes-estagiários poderão desenvolver suas atividades individualmente ou em grupo, em escolas de suas respectivas regiões, em situações que sejam mais adequadas o acompanhamento das atividades tanto pelo Docente-Supervisor como pelo Coordenador de Estágio;
- Todas as atividades deverão ser construídas com a participação efetiva do Docente-Supervisor, garantindo sempre o vínculo aluno/escola da educação básica.
- O Docente-Supervisor e o Coordenador de Estágio estabelecerão diálogo contínuo na escolha e aplicação da(s) atividade(s) desenvolvida(s) e que melhor se adequem a realidade dos alunos e o contexto da escola concedente.
- Os materiais didáticos construídos em mídias digitais (áudio e/ou vídeo), bem como, os arquivos para impressão, serão destinados a acervo didático das escolas concedentes.

Ressaltamos que, as metodologias aqui sugeridas permitem a flexibilidade das atividades de Estágio conforme especificidade de cada Núcleo, contexto escolar, articulação e alcance do professor Coordenador de Estágio, bem como, busca diminuir os prejuízos na formação dos alunos do Curso de Pedagogia, obedecendo ao formato presencial do Curso.

12.2 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será, facultado, no formato de artigo científico ou projeto didático de natureza interdisciplinar voltado para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Deverá ser elaborado pelo aluno, sob a orientação de um (a) professor (a) do Curso de Pedagogia – PRIL/UFPI, tendo como objetivo a produção acadêmica que deve expressar as aprendizagens e habilidades desenvolvidas no seu campo de atuação profissional, bem como os conhecimentos produzidos no decorrer do curso.

As atividades do TCC na forma artigo de científico, como na forma de projeto didático de natureza interdisciplinar voltado para os anos iniciais do Ensino Fundamental terão como exigência a adequação às normas específicas e modelos determinados pela coordenação do curso e sua apresentação pública. As normas específicas de desenvolvimento do TCC serão detalhadas em regimento próprio, aprovado pelo Colegiado do Curso e homologado pelo Conselho Departamental do

CCE (Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia – ANEXO II), conforme Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (Portaria PREG/CAMEN nº 330, de 22 de junho, 2017).

A Coordenação do Curso de Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRIL disponibilizará para os alunos, manual atualizado de apoio ao TCC, e com o apoio do Sistema de Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFPI, criará um repositório institucional próprio para o arquivo dos TCC na página do Sistema de Gestão Integrado de Atividades Acadêmicas (SIGAA), possibilitando que os TCC dos discentes sejam compartilhados.

O aluno de Pedagogia só estará habilitado a receber sua Colação de Grau quando integralizar a carga horária prevista (3.290h), contemplando todas as disciplinas do curso – obrigatórias e optativas, incluindo a aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso (na forma de monografia, artigo ou projeto), o Estágio Supervisionado, as Atividades Complementares (AC), as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE).

O título acadêmico a ser conferido ao concludente do Curso de Pedagogia da UFPI no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares será o de Licenciado(a) em Pedagogia, com área de formação em magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A Diretoria de Administração Acadêmica da UFPI, através do Núcleo de Processamento de Dados, procederá às adaptações necessárias no Programa do Sistema Acadêmico para atender as exigências deste PPC.

7.6 Atividades Complementares

A formação profissional, tendo como um dos seus princípios explicitar a unidade teoria-prática, busca mediar o aprofundamento da formação acadêmica em áreas específicas relacionadas à formação para a docência, contemplados nos seguintes aspectos: iniciação científica, iniciação à docência e monitoria. Esses aspectos compõem na organização curricular as Atividades Complementares (AC). Essas atividades envolvem participação nas seguintes atividades: seminários, projetos de iniciação científica e de iniciação à docência, bem como a residência pedagógica; mobilidade estudantil; e atividades artísticas e culturais que visem a apropriação das diferentes linguagens do processo formativo.

As Atividades Complementares (AC) desenvolvidas pela IES possibilitam ao estudante fazer escolhas, conforme suas motivações e necessidades pessoais e profissionais no contexto das opções

acadêmicas. Tais atividades ampliam o espaço de participação do aluno no processo de ensino-aprendizagem, no qual deve ser sujeito da relação pedagógica, consoante a tendência da legislação e das políticas educacionais no sentido de flexibilizar os cursos, dando oportunidade ao aluno de buscar uma formação de acordo com suas escolhas profissionais.

Assim, as atividades complementares constituem prática relevante para o aprendizado e desenvolvimento permanente de conhecimentos, além de proporcionar autonomia e flexibilidade para o aluno integralizar o curso.

Os créditos das Atividades Complementares (AC) serão consignados pela Diretoria de Administração Acadêmica – DAA no histórico do aluno, perfazendo um total de 200 horas, desenvolvidas durante o período do Curso, nas diversas modalidades disponibilizadas, até o último semestre, e constando no histórico escolar, após solicitação pelo aluno e analisado pela Coordenação do Curso de Pedagogia, responsável pela validação e/ou negação das solicitações. Esse processo é cadastrado pelo aluno no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), conforme data prevista no calendário acadêmico da UFPI, conforme dispõe a Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012 que também dispõe sobre as atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades Complementares), nos cursos de graduação no âmbito da UFPI.

Serão consideradas como atividades acadêmico-científico-culturais, em suas devidas categorias e pontuações o que se expõe nas Tabelas de Atividades Complementares (AC) seguintes, delineadas por categoria, conforme a Resolução CEPEX-UFPI n.177/12.

Tabela 1 - Categoria: ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA

Carga horária máxima da categoria: 180 h

Carga horária máxima da categoria no currículo: 180 h

COMPONENTES			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Participação em PIBID, PIBIC, ICV, Monitoria ou Grupos de pesquisa.	O aluno deverá participar de atividades/projetos de ensino ou pesquisa, orientado por docente da UFPI.	90	180	Relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidade de competentes.

Fonte: Produzido pela Comissão de elaboração do PPC

Tabela 2 - Categoria: ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS

Carga horária máxima da categoria: 60 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 60 h

COMPONENTES			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Participação e Organização em evento científico.	Participação e organização em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas.	10h	60h	Certificado de participação, organização ou declarações dos órgãos/unidade competentes.
	Participação como ouvinte participante nas assembleias estaduais, regionais e comunitárias das comunidades.	Participação nas assembleias gerais das comunidades.	10h	30h	Declaração de participação.
	Participação como organizador das assembleias, estaduais/regionais ou comunitárias.	Participação como organizador das assembleias, estaduais/regionais ou comunitárias.	10h	60h	Declaração de participação.
	Apresentação de trabalhos em eventos científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, fóruns, semanas acadêmicas, na área de Pedagogia ou áreas afins.	10h	60h	Certificado de apresentação de trabalho ou declarações dos órgãos/unidade competentes, referentes a apresentação do trabalho científico.

Fonte: Produzido pela Comissão de elaboração do PPC

Tabela 3 - Categoria: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICOCIENTÍFICAS

Carga horária máxima da categoria: 90 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h

COMPONENTES			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Apresentação teatral, dança, poesia, música e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos	Elaboração de texto teórico e/ou experimental sobre/para a atuação pedagógica (área de Pedagogia) nos Anos Iniciais do Fundamental.	90h	90h	Apresentação dos trabalhos produzidos ou produtos.
	Organizador e/ou participante de eventos artísticoculturais ou esportivos	Organização e/ou participação em eventos artístico-culturais e em torneios, campeonatos, olimpíadas, organizadas pela UFPI ou outras instituições.	90h	90h	Atestados/certificados de participação

Fonte: Produzido pela Comissão de elaboração do PPC

Tabela 4 - Categoria: ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Carga horária máxima da categoria: 90 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h

COMPONENTES			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Participação em Programas ou projetos de extensão	Participação em Programas ou projetos de extensão, sob orientação de professor da UFPI.	10h	90h	Atestados/certificados de participação
	Participação em Minicurso, Oficina ou Grupo de Estudo.	Participação em Minicurso, Oficina ou Grupo de Estudo. Se for grupo de estudo, este deve ser orientador por professor da UFPI ou outra IES.	10h	90h	Atestados/certificados de participação

	Participação em eventos junto à comunidade.	Participação em apresentações, eventos, projeções comentadas de vídeos técnicos à comunidade durante o período de integralização do curso.	10h	90h	Atestados/certificados de participação.
	Excursões científicas	Excursões científicas que estejam relacionadas com atividades de extensão.	10h	90h	Atestados/certificados de participação.
	Curso de extensão	Curso de extensão na área de Pedagogia e/ou áreas afins.	10h	90h	Atestados/certificados de participação.
	Participação em exposições e feiras.	Participação em exposições, feiras, datas temáticas na área de Pedagogia.	10h	90h	Atestados/certificados de participação

Fonte: Produzido pela Comissão de elaboração do PPC

Tabela 5 - Categoria: ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.

Carga horária máxima da categoria: 90h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h

COMPONENTES			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Estágios não obrigatórios de 50 a 100 horas	Estágio realizado na área da Pedagogia	45h	90h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Estágios não obrigatórios de 101 a 200 horas	Estágio realizado na área da Pedagogia	45h	90h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Estágios não obrigatórios com mais de 200 horas	Estágio realizado na área da Pedagogia	45h	90h	Declarações dos órgãos/unidade competentes

Fonte: Produzido pela Comissão de elaboração do PPC

Tabela 6- Categoria: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES**Carga horária máxima da categoria: 120 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 120 h**

COMPONENTES			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Participação em projetos	Participação em projetos sociais governamentais e não governamentais, voltado a área de Pedagogia, com duração mínima de 60 dias.	30h	90h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Experiência Profissional	Atuação como docente acima de 6 meses na área do Curso.	60h	120h	Declarações dos órgãos/unidade competentes

Fonte: Produzido pela Comissão de elaboração do PPC

Tabela 7 - Categoria: VIVÊNCIAS DE GESTÃO**Carga horária máxima da categoria: 40 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 40 h**

COMPONENTES			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Participação em atividades de gestão ou em comissões de trabalho na universidade.	Participação em atividades de gestão no âmbito da escola em que o cursista atua ou em comissões de trabalho na universidade.	20h	40h	Declaração do órgão/unidade e competente ou Atas das reuniões das quais o aluno participou
	Participação como membro da direção de associações/organizações das comunidades	Participação como membro da direção de associações/organizações das comunidades	20h	40h	Declaração do órgão/unidade e competente ou Atas das reuniões das quais o aluno participou

Fonte: Produzido pela Comissão de elaboração do PPC

Tabela 8 - Categoria: VISITAS TÉCNICAS**Carga horária máxima da categoria: 10 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 10 h**

COMPONENTES			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Visitas técnicas na área do curso	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente.	10h	10h	Relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente.

Fonte: Produzido pela Comissão de elaboração do PPC

Tabela 9 - Categoria: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**Carga horária máxima da categoria: 60 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 60 h**

COMPONENTES			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Disciplina eletiva	Disciplina de graduação cursada em outro curso desta instituição ou em outras instituições de educação superior	30h	60h	Histórico escolar, no qual conste a disciplina cursada.

Fonte: Produzido pela Comissão de elaboração do PPC

O aluno poderá participar de atividades complementares a partir do primeiro semestre do curso, com solicitação de registro a partir do segundo semestre. O registro poderá ser solicitado em mais de uma das Atividades Complementares, no mesmo processo. Assim, as Atividades Complementares (AC) são constituídas de Categorias que abrangem as descrições das diferentes ações a serem desenvolvidas pelos estudantes, bem como a carga horária mínima e máxima de cada

atividade.

7.7 Apoio ao discente (PDI 2020 – 2024)

A democratização do ensino superior tem sido discutida pela sociedade brasileira durante as últimas décadas como necessidade do estabelecimento de políticas públicas que garantam o acesso e a equidade. Desde a Reforma Universitária de 1968 até os dias de hoje, o Ensino Superior tem sofrido grandes modificações. Nas últimas décadas, foram propostas políticas públicas, com programas específicos que contribuem para o acesso de estudante de baixa renda nesse nível de ensino.

A política de assistência estudantil objetiva a igualdade de oportunidades para os estudantes de modo a promover a efetiva permanência dos discentes no ambiente acadêmico e assim a conclusão do curso possa acontecer em tempo hábil. Portanto, democratizar a educação superior constituir princípio fundamental e implica na garantia de acesso e da qualidade dos serviços oferecidos.

As políticas voltadas para estudantes em situação de vulnerabilidadesocioeconômica têm tido expressão privilegiada nas instituições privadas, por conta do programa PROUNI, que tem sido divulgado como o foco do governo brasileiro. Não se pode negar que muitas ações estão sendo realizadas com o objetivo de dar consistência e respaldo para a implementação de políticas voltadas para a assistência estudantil das instituições públicas. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) elaborado a partir dos estudos do Fórum Nacional de Pró- Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, estabelece que as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior.

O PNAES salienta que é preciso mais do que vagas, pois é necessário que haja garantia das condições de permanência na graduação, tais como: moradia estudantil, serviço de alimentação (restaurantes universitários), assistência à saúde (médica, odontológica e psicológica), programas de bolsas, dentre outros.

A UFPI, ciente das metas do PNAES, adota como política de atendimento discente um modelo social inclusivo, nas áreas: atenção, alimentação, moradia, saúde, psicopedagógica e social, viabilizado pela PRAEC. Os programas de acompanhamento ao discente e de estímulo à permanência na UFPI estão detalhados no Capítulo 12 - POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO DISCENTE, subitem 12.1 Programas de apoio pedagógico e financeiro e estímulos à permanência, do Plano de Desenvolvimento Intitucional da UFPI (PDI 2020-2024).

As políticas de apoio ao discente acontecem por meio das ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). A PRAEC é o órgão que executa a Política Nacional de Assistência Estudantil e as ações de atendimento ao servidor da UFPI. Foi criada em 1992, a fim de organizar, dirigir, supervisionar e orientar as atividades universitárias no contexto social e assistencial.

A PRAEC é um órgão que implanta as ações para garantir a permanência do alunado e a conclusão de cursos de graduação, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica. Para programar essa política, o Governo Federal destina recursos às Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, os quais são aplicados em moradia, alimentação, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, esporte, dentre outros. A PRAEC executa os programas de apoio aos discentes, caracterizados pela natureza inclusiva que revelam indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro e de responsabilidade social. Esses programas são implantados em caráter permanente, e estão voltados para o oferecimento, aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, de subsídios necessários à melhoria de seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, para a garantia de sua permanência na instituição até a conclusão do curso.

Para a promoção das ações sociais e assistenciais, a PRAEC conta com duas coordenadorias: Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM) e Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND), que foi integrada à PRAEC em 1992, mas sua criação data de 1977, com a denominação de Coordenação de Assistência ao Estudante (Resolução nº 067/77 do CAD). Quando da criação da PRAEC, esta passou a ser intitulada Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM), aglutinando os Programas de Assistência ao Estudante e ao Servidor da UFPI.

A CACOM possui programas de acompanhamento ao corpo discente e de estímulo à sua permanência na Instituição, com vista à conclusão do curso no tempo adequado. O atendimento ao discente ocorre através das políticas inclusivas de favorecimento ao seu acesso e manutenção de sua permanência, com a oferta de ensino de qualidade no âmbito da graduação e pós-graduação e de ambiente adequado ao desenvolvimento da pesquisa científica e da extensão universitária.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI (PDI 2020-2024 p. 163), a Coordenadoria de Assistência Comunitária (Cacom), vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec), é responsável pela execução das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), no âmbito da UFPI. Para desenvolver ações relacionadas ao apoio discente, a Cacom é composta por diversos setores que são:

- I. **Setor Pedagógico (SEPE)**, responsável pelo atendimento, acompanhamento e orientação educacional a todos os estudantes da UFPI, prioritariamente àqueles vinculados aos benefícios que a PRAEC oferece. Sua finalidade é auxiliar os estudantes para concluir seus cursos com êxito, em tempo hábil, minimizando as retenções e eliminando possibilidades de evasão;
- II. **Setor de Serviço Social (SES)**, responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos programas sociais, desenvolvidos para os estudantes com dificuldades

socioeconômicas, garantindo assim sua permanência na instituição e sucesso na conclusão dos cursos;

- III. **Setor Psicológico (SAPSI)**, que presta atendimento à comunidade universitária por meio de ações psicopedagógicas, com a finalidade de contribuir para a superação de dificuldades dessa natureza, surgidas durante o processo de formação acadêmica;
- IV. **Setor Odontológico (SEOD)**, que presta atendimento gratuito à comunidade universitária, incluindo alunos, professores, servidores e seus dependentes, em dois campi: Ministro Petrônio Portella (Teresina) e Senador Helvídio Nunes (Picos). O SEOD também é responsável pelos editais do benefício “Kit Odontológico”, que visa fornecer, em regime de comodato, um kit contendo os principais instrumentais necessários às disciplinas clínicas do curso de odontologia;
- V. **Setor de Amamentação da UFPI (SAMA)**, realiza atendimento às mães discentes e servidoras que estão amamentando, disponibiliza informações, acompanhamento e espaço adequado para coleta e estocagem de leite materno;
- VI. **Divisão de Gestão e Avaliação (DGA)** tem como objetivos planejar, acompanhar e avaliar sistematicamente, ações da política de assistência estudantil, no âmbito da UFPI, para adequar os recursos financeiros do Pnaes destinados às bolsas de apoio aos estudantes comprovadamente em situação de vulnerabilidade social;
- VII. **Núcleos de Assistência Estudantil (NAE)**, criados em 2014, nos campi fora de sede da UFPI. São 04 (quatro) Núcleos de Assistência Estudantil que têm sua gestão administrativa compartilhada com a Diretoria dos campi. Sua principal missão é descentralizar os programas, projetos e ações que integram a Política Nacional de Assistência Estudantil (AE) na UFPI (BRASIL, 2019). Cada campus é responsável pela infraestrutura, de acordo com suas especificidades, de forma a acomodar adequadamente os serviços oferecidos pelo NAE, bem como as equipes multiprofissionais responsáveis pela execução da política de AE.

O planejamento das políticas de atendimento aos discentes encontra-se detalhado no Quadro 7 – Benefícios da Praec (PDI 2020-2024 p. 164). Abaixo a relação de alguns Programas de acompanhamento ao discente e de estímulo à permanência na UFPI, descritos no PDI (2020-2024):

- Bolsa de Apoio Estudantil concedido por 24 meses a estudantes de baixa renda familiar;
- Isenção da Taxa de Alimentação (ITA) – não há cobrança do valor da taxa de acesso aos Restaurantes Universitários para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica,

inclusive, para os alunos oriundos de outros países;

- Auxílio Creche - auxílio financeiro no valor de uma bolsa concedida a estudantes com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de crianças com até três anos e onze meses;
- Residência Universitária – moradia para alunos de baixa renda oriundos de outros municípios do Piauí ou estados da Federação fora do Campus sede da UFPI onde o mesmo está matriculado;
- Auxílio Residência - Benefício pecuária destinado a estudantes oriundos de outros municípios e/ou Estados da Federação que não possuem familiares diretos ou responsáveis legais residentes nas cidades de Teresina e Bom Jesus, sendo, assim, exclusivo para estudantes campi;
- Bolsa de Incentivo a Atividades Socioculturais e Esportivas – Auxílio financeiro mensal;
- Apoio à Participação em Eventos Científicos - Ajuda de custo para auxiliar nas despesas relativas à participação do estudante em eventos acadêmicos fora do campus onde cursa a graduação;
- Kit Odontológico – material permanente de uso clínico nas aulas práticas do Curso de Graduação em Odontologia, cedido em comodato, para alunos cotistas, a partir do quarto período do Curso;
- Bolsa de Inclusão Social - Auxílio financeiro destinado ao estudante que presta auxílio acadêmico a outro estudante com NEE- deficiência intelectual, deficiência auditiva, perda auditiva, cegueira, Transtorno do Espectro Autista- TEA deficiência múltipla;
- Bolsa de Inclusão Social para estudante Surdo - Auxílio financeiro mensal destinado ao estudante que presta auxílio acadêmico a um outro estudante com surdez;
- Auxílio acadêmico para estudantes com baixa visão, que consiste no empréstimo de lupas que potencializam o desempenho acadêmico, auxiliando-os no processo de leitura.

Compõem, ainda, a política de apoio aos discentes, conforme Benefícios da Praec (PDI 2020-2024 p. 165):

- Os Restaurantes Universitários (Rus); e
- O Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU).
- A Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND), vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec), coordena os 06 (seis) RUs da UFPI distribuídos nos quatro campi, com as mesmas características gerais e padrão de qualidade, oferecendo à comunidade universitária, refeições balanceadas, higiênicas e seguras.

8 PROGRAMAS ESPECIAIS

No que se refere à política de apoio aos discentes, a UFPI conta com programas especiais ofertados como: Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Bolsas de Extensão (PIBEX), Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Monitoria, além de outros desenvolvidos no âmbito da Instituição.

Em relação às atividades referentes ao nivelamento dos alunos, conforme necessidades diagnosticadas pela coordenação do curso, dentro das possibilidades têm sido criadas ações para atendê-los, com o apoio dos departamentos, assim como programas vinculados a UFPI.

8.1 Plano de acessibilidade

A temática “acessibilidade” tem motivado intensas reflexões e debates por parte dos profissionais da área da educação e afins. Isso porque, entendida em seu amplo espectro (acessibilidade atitudinal, física, digital, nas comunicações, pedagógica, nos transportes, etc.), pressupõe medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas, entre outras.

Para materializar os princípios da inclusão educacional, que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem todos os estudantes é necessário que as IES criem as condições de acessibilidade.

A respeito do crescente ingresso do alunado que demanda atendimento especial, as políticas direcionadas a este público não crescem na mesma velocidade. Dados do Censo da Educação Superior do ano de 2011 demonstram que 0,35% das matrículas nacionais envolvem alunos PNE, o que traduzido em números significa: 22.160 com deficiência, 137 com Transtornos Globais do Desenvolvimento e 953 com Altas Habilidades (INEP, 2012).

Assim, para fazer avançar a política de inclusão, é fundamental que o progresso das matrículas se dê acompanhada de políticas públicas que garantam não só a acessibilidade aos estudantes já matriculados, mas a disseminação da informação e sensibilização da comunidade acadêmica para o desenvolvimento da educação inclusiva, dando consequência aos dispositivos legais, às orientações dos organismos internacionais e à política de democratização do ensino instituída pelo governo federal.

A discussão frequente sobre a responsabilidade social das IES permite observar: relação intrínseca entre responsabilidade social e extensão universitária; responsabilidade social ultrapassa a esfera do compromisso para se tornar dever e parte constitutiva da natureza e da essência da universidade; necessidade de que a responsabilidade social se traduza em ações concretas que rompam com o elitismo das instituições de educação superior e atendam às necessidades da população que as financia.

O documento intitulado “Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior”, editado pelo INEP, em 2013, esclarece que uma IES socialmente responsável é aquela que: identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global, a fim de promover a inclusão plena; estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e

superação das fragilidades constatadas; pratica a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial; reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica; e promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.

Para o cumprimento de sua função social, a UFPI propõe para o quinquênio 2020 -2024 a implantação do Núcleo de Acessibilidade (NAU). Segundo o PDI (2020-2024 p. 165), o NAU, criado em outubro de 2014, através da Resolução CAD n. 28, o NAU, também, vinculado à Praec, é resultado parcial de processos seletivos implementados pelo MEC por meio de editais do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir). Iniciou suas atividades, em 2016, em todos os campi da UFPI, é constituído por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da área de serviço social, pedagogia e psicologia, e atua visando garantir o acesso e a permanência qualificada das pessoas que representam público-alvo da educação especial (PAEE) no ensino superior (pessoas com altas habilidades/superdotação; com transtorno do espectro autista; com deficiências intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), por meio da redução das barreiras de ordem pedagógica, arquitetônica, de comunicação, de informação e atitudinais. O NAU acompanha estudantes PAEE, assim como dos seus respectivos auxiliares.

Para efetivação de suas ações, destina parte dos recursos recebidos do Incluir para aquisição de equipamentos e tecnologias específicas e para pagamento de bolsas/auxílio, direcionados ao estudante regularmente matriculado na UFPI, que presta auxílio acadêmico a um estudante que apresente necessidades especiais. Outro benefício concedido é o “Kit lupas manuais”, um conjunto de lupas que viabiliza a acessibilidade de estudantes com deficiência visual auxiliando-os no processo de leitura.

7.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos Núcleos de Acessibilidade ou outros espaços adequados

A seguir, são relacionadas algumas atividades específicas para o Atendimento Educacional Especializado:

- Estudantes com deficiência mental (intelectual) – atividades para o desenvolvimento dos processos mentais superiores (controle consciente do comportamento, atenção e lembrança voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, raciocínio dedutivo, capacidade de planejamento);
- Estudantes com deficiência auditiva ou surdez – as atividades se desenvolvem em três

momentos didático-pedagógicos: AEE em Libras (exploração em Libras do conteúdo trabalhado em sala), AEE de Libras (ensino de Libras, incluindo a criação de sinais para termos científicos conforme a necessidade, em analogia a conceitos já existentes), ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua;

- Estudantes com deficiência visual ou cegos – Sistema Braille, Soroban, orientação e mobilidade, utilização de recursos ópticos e não ópticos, atividades de vida autônoma; *software* de ampliação de tela e de leitura de texto, com ampliação flexível em vários tamanhos e sem distorção, ajuste decore, otimização de foco, ponteiro e cursos;
- Estudantes com surdocegueira – ensino do método de linguagem *Tadoma*, Libras adaptada ao surdo-cego (utilizando o tato), alfabeto manual, alfabeto *moon* (substitui as letras por desenhos em relevo), sistema pictográfico, que usa símbolos e figuras para designar os objetos e ações, entre outros;
- Estudantes com transtornos globais de desenvolvimento – uso do computador como auxílio à aprendizagem, PECS (sistema de comunicação através da troca de figuras), Método TEACCH (tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação);
 - Estudantes com altas habilidades/superdotação – programas de enriquecimento curricular (intra e extracurricular), aceleração de estudos, compactação curricular, PIBIC, Programa Intensivo de Treinamento, bolsas de pesquisa, estágios em salas de recursos multifuncionais, projetos de pesquisa, entre outros. Conforme o Documento Orientador do Programa Incluir (MEC, 2013), os núcleos de acessibilidade deverão ser estruturados com base nos seguintes eixos:
- Infraestrutura: os projetos arquitetônicos e urbanísticos das IFES são concebidos e implementados, atendendo os princípios do desenho universal;
- Currículo, comunicação e informação: a garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem dá-se por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistida e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras;
- Programas de extensão: participação da comunidade nos projetos de extensão é assegurada a todos, por meio da efetivação dos requisitos de acessibilidade, disseminando conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de diversas ações extensionistas, que se caracteriza em compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva;
- Programas de pesquisa, desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada, abrangendo distintas áreas do conhecimento tem se constituído como mecanismo para o avanço da inclusão social quando se fundamenta no princípio da transversalidade, do desenho universal e no reconhecimento e valorização da diferença humana, sendo possível, diante das especificidades

de cada programa de pesquisa, articular, ressignificar e aprofundar aspectos conceituais e promover inovação, ao relacionar as áreas de pesquisa com as áreas de tecnologia assistiva.

Para atuar no atendimento educacional especializado, o perfil do professor deve contemplar curso de graduação, pós-graduação ou formação continuada que o habilite a atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes. Portanto, a UFPI está buscando as condições adequadas para implementar o seu Núcleo de Acessibilidade e, neste contexto, já iniciou a adoção das medidas para este fim, tais como: contratação de docentes com as características necessárias e a implantação do curso de graduação em Letras - LIBRAS.

8.2 Políticas de apoio aos egressos

A política de atendimento ao egresso foi prevista no PDI anterior e não viabilizada em função de ter correspondido a um período de implantação do novo sistema de tecnologias da informação e comunicação, o qual estabeleceu um cronograma de implantação de módulos no sistema SIGAA, para atendimento inicial às políticas de gestão acadêmica, administrativa e de pessoal, que foram consideradas prioritárias para o atendimento das atividades fins.

Atualmente, conforme o PDI (2020 - 2024 p. 166), as ações de acompanhamento de egressos ocorrem pontualmente nas coordenações dos cursos. A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) está empenhada em desenvolver Programa de Acompanhamento do Egresso para monitorar as condições de inserção do egresso dos cursos de graduação e pós-graduação da UFPI no mercado de trabalho e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da sua região de inserção.

O Programa funciona no âmbito do curso de graduação e pós-graduação, com contribuições dos diversos setores do UFPI, especialmente da Superintendência de Comunicação Social, Superintendência de Tecnologia da Informação e Coordenadoria de Avaliação e Estatística/Proplan. Assim, o programa integra o plano de trabalho da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, desenvolvido por meio de parceria intersetoriais.

O objetivo é montar um banco de egressos da UFPI, para ampliar a interface com a sociedade e conhecer a opinião dos egressos, e de pelo menos 25%, de seus empregadores, sobre a eficácia do currículo dos cursos, de forma a retroalimentar as ações do ensino de graduação e fortalecer o ensino na universidade e divulgar, permanentemente, as ações de formação continuada para o egresso.

A possibilidade de participação de instituições empregadoras pode resultar em importantes indicadores para avaliação institucional. Os resultados obtidos poderão contribuir

significativamente com os cursos e programas institucionais, pois estes poderão ser aprimorados ou criados a partir de demandas apontadas pelas pesquisas, a exemplo da criação de cursos de pós-graduação e extensão. Pretende-se inserir uma ferramenta dentro do sistema de gestão da universidade (Sistema SIG) que viabilize o acesso e a comunicação com os egressos. Assim, a UFPI pretende, com apoio integrado da PREXC, PREG, STI e CPA, obter informações que permitam conhecer adequadamente a qualidade dos profissionais que vem formando, principalmente no que diz respeito à qualificação para o trabalho e a opinião dos empregadores sobre a pertinência dos conteúdos ministrados no âmbito do ensino de graduação.

Para iniciar o processo, a PREXC, por meio da CFOPS, viabilizará junto à STI a efetivação da ferramenta automatizada no site e, a seguir, o cerimonial da UFPI procederá ao cadastro do egresso no portal, no ato de sua colação de grau. Em parceria com a PREG, através da CC e CEDE, e também, com a DGOV/PROPLAN, será viabilizada a gestão das informações necessárias à retroalimentação dos currículos da graduação. Dessa forma, a UFPI reconhece a importância do acompanhamento do egresso, pois essa estratégia possibilita discussões efetivas no âmbito dos cursos e demais programas, quanto à qualidade do trabalho desenvolvido pela instituição na sua região de abrangência. A formação do banco de egressos, onde o aluno tenha acesso constante ao site institucional, permitirá também ao profissional recém-graduado informações sobre eventos de formação continuada, de forma a estimulá-lo ao contínuo desenvolvimento profissional, conforme descrito no PDI da UFPI (2020 -2024).

9 EMENTÁRIOS DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS E OPTATIVOS

As disciplinas obrigatórias e optativas estão elencadas por nome, departamento e áreas de conhecimento, conforme fichas apresentadas a seguir:

1º PERÍODO

1º PERÍODO			
DISCIPLINA:	Fundamentos Históricos da Educação		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Educação nas sociedades: primitiva, orientais, grega, romana e cristã primitiva. Educação medieval. Educação renascentista: humanismo, reforma e contrarreforma. A Educação Moderna: Realismo, Iluminismo e naturalismo pedagógico. Educação na contemporaneidade – Séculos: XIX, XX e XXI. Tendências da Pedagogia e da educação atual. História da Educação Brasileira (Colônia, Império e República no Brasil e no Piauí). História da Educação no Piauí.			
Bibliografia Básica			
ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006. 384p.			
BRITO, Itamar Sousa. História da educação no Piauí. Teresina, PI: EDUFPI, 1996.209P			
LARROYO, Francisco. História geral da pedagogia. São Paulo, SP: Mestre Jou, 1974.2v.			
Bibliografia Complementar			
BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A elite colonial piauiense: família e poder. Teresina, PI: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. 339p.			
EBY, Frederick. História da educação moderna: teoria, organização e práticas educacionais. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Globo, 1976. 633p.			
GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 6. ed. São Paulo, SP: Ática, 1993.319p.			
HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo, SP: Thomson, 2007. 136p.			
MARROU, H. I. História da educação na Antiguidade. São Paulo, SP: EPU, 1975.639p.			
MONROE, Paul. História da educação. 19. ed. São Paulo, SP: Nacional, 1976. 387p.			
SOUSA, Francisca Mendes de; BOMFIM, Maria do Carmo Alves do; PEREIRA, Maria das Graças Moita Raposo. Anais do seminário presente do passado: a Faculdade Católica de Filosofia na			

história da educação do Piauí. Teresina, PI: EDUFPI, 2002. 283p.

DISCIPLINA:	Fundamentos Sociológicos da Educação		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Sociologia e Sociologia da Educação. Teorias Sociológicas Clássicas, Contemporâneas e Educação. O campo educativo: sujeitos e diversidades. Identidades, trajetórias escolares e estrutura social.			
Bibliografia Básica			
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . 7. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008. 884p.			
BOURDIEU, Pierre. Escritos da Educação . 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 251p.			
FERNANDEZ ENGUITA, Mariano. A face oculta da escola: educação e trabalho nocalcapitalismo . Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1989. 252p.			

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Alonso Bezerra de; SILVA, Wilton Carlos Lima da. **Sociologia e educação: leituras e interpretações**. São Paulo, SP: Avercamp, 2011. 160p.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução a ciência da sociedade**. São Paulo, SP: Moderna, 1995. 248p

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução a ciência da sociedade**. 4. ed. São Paulo SP:Moderna, 2010. 488p.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo, SP: Nacional, 1987.128p. (Biblioteca Universitária. Serie 2. Ciências Sociais, 44)

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 11. ed. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1978. 91p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 291p.

DISCIPLINA:	Fundamentos Filosóficos da Educação		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Filosofia: concepções, tarefas e especificidades. Estudos filosóficos do conhecimento: as modalidades de apreensão da realidade, as questões do método e da verdade. Enfoque ético-político da educação: direitos humanos e meio ambiente. A linguagem e as contradições ideológicas no campo da Educação. Filosofia e Educação: definição do campo e das tarefas do filosofar. Filosofia da Educação e a formação docente. A Filosofia da Educação no Brasil: influências e contradições teóricas.			

Bibliografia Básica

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1995. 190p.

CHAUI, Marilena de Souza. **Convite a filosofia**. 13. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006. 424p.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **O que é filosofia da educação**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002. 326p.

Bibliografia Complementar

AHLERT, Alveri. **A eticidade da educação**: o discurso de uma práxis solidária/universal. 2. ed. Ijuí, RS: Unijui, 2003. 189p.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação a história da filosofia**: dos pré-socráticos a W

SAVIANI, D. **Educação**: do senso Comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1989.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A Filosofia contemporânea no Brasil**: conhecimento, política e educação. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 255p.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência. 5. ed. Lisboa Portugal: Livros Horizonte, 2000. 107p. (Biblioteca do Educador, 18)

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. 34. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012. 302p.

DISCIPLINA:	Leitura e Produção de Textos		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Estudo da unidade de sentido: a palavra, a frase, o parágrafo. Conceito de língua, linguagem e texto verbal e não verbal. Elementos de textualidade. Estratégias de leitura. Leitura e produção de texto acadêmico a partir do eixo: educação, ciência e tecnologia - resumo, resenha e mapa mental e conceitual.			

Bibliografia Básica

DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. **Prática de texto para estudantes universitários**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. 5. ed., São Paulo: Ática, 2010.

Bibliografia Complementar

ABREU, Antônio Suárez. **Curso de redação**. 12. ed., 3. impr. São Paulo: Ática, 2006.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto**. São Paulo: Ática, 2006.

KOCH, Ingedore e TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**: São Paulo, Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006. 168 p.

DISCIPLINA:		Iniciação ao Trabalho Científico e à Pesquisa em Educação	
CH: 75 h	CRÉDITOS: 4.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATORIA
EMENTA:			
Epistemologia do conhecimento científico. A produção científica. Modalidades de leitura e documentação. Elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos.			
A pesquisa científica. A pesquisa em Educação.			

Bibliografia Básica

ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 12.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. 143p.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 144p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008. 304p.

Bibliografia Complementar

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Como ordenar as ideias**. 5. ed. São Paulo, SP: Ática, 2010. 59p. (Princípios, 128)

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. 225p.

GATTI, Bernardete Angelina. **A Construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília, DF: Líber Livro, 2007. 86p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1987. 206p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. 334.

2º PERÍODO

DISCIPLINA:	Fundamentos Psicológicos da Educação		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA

EMENTA:

Ciência psicológica; Psicologia e Educação; constituição da subjetividade; subjetividade e temas transversais. Desenvolvimento humano e aprendizagem escolar. Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. **Temas em psicologia e educação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006. 183p.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. 3v.

FURTADO, Odair et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008. 368p.

Bibliografia Complementar

BRAGHIROLI, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz Antônio. **Psicologia geral**. 23.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 219p.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução a psicologia**. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2006. 798p.

GONÇALVES, M. Graça M; FURTADO, Odair; BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 224p.

GONZALEZ REY, Fernando Luís. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo, SP: Pioneira Thomson, 2005. 290p.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa Portugal: Livros Horizonte, 1978. 350p.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 191p.

DISCIPLINA:	Fundamentos Antropológicos da Educação		
CH: 60 h	CRÉDITOS:3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA

EMENTA:

Antropologia e Ciência. Culturas. Educações. Escola e Diversidades.

Bibliografia Básica

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, RJ: JorgeZahar, 1993. 115p.

MORAIS, Regis de. **Sala de aula**: que espaço e esse. Campinas, SP: Papyrus, 1997.136p.

ROCHA, Everardo P Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo, SP: Brasiliense,1994. 93p. (Coleção Primeiros Passos, 124).

Bibliografia Complementar

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. 192p.(Meios de Comunicação Social, 6).

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1993. 246p.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1990. 2v.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011. 476p.

TOSTA, Sandra Pereira; ROCHA, Gilmar; DAUSTER, Tania. **Etnografia e educação**: culturas escolares, formação e sociabilidades infantis e juvenis. Rio de Janeiro, RJ:Lamparina, 2012. 245p.

DISCIPLINA:	Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação		
CH: 75h	CRÉDITOS: 4.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA

EMENTA:

Mídias de comunicação. Metodologias Ativas. Ambientes virtuais de aprendizagem. Tecnologias assistivas. Ferramentas e estratégias de ensino com base da Web. Mídias, Programas e Aplicativos. Ensino e Tecnologia da Informação e Comunicação. Acervo Virtual.

Bibliografia Básica

BUENO, J. L. P; PACÍFICO, J. M; PRETTO, N. L. **Tecnologias na educação:** políticas, práticas e formação docente. Florianópolis: Pandion, 2015.

DEMO, P. **Conhecimento e Aprendizagem na Nova Mídia.** Brasília: Editora Plano, 2001.

MILL, Daniel. **Escritos sobre educação:** desafios e possibilidades para ensinar e aprender com as tecnologias emergentes. São Paulo: Paulus, 2017.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, R. N. de. **Ambiente Virtual de Aprendizagem:** Fóruns de discussão numa perspectiva sócio interacionista, 2010.

DEMO, P. **Conhecimento e Aprendizagem na Nova Mídia.** Brasília: Editora Plano, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

EDESCO, Juan Carlos. **Educação e novas tecnologias.** São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educacion; Brasília: UNESCO, 2004.

MORAN, José Manuel. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica,** Papirus, 21a ed., 2013

DISCIPLINA:**Financiamento da Educação Básica**

CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Fontes e recursos públicos para a Educação Básica. O financiamento da Educação Básica e a legislação que o regulamenta. Políticas de financiamento da Educação Básica. Os programas de descentralização dos recursos para a escola. Gestão dos recursos da educação.			
Bibliografia Básica			
LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra; OLIVEIRA, Joao Ferreira de. Educação escolar : políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 543p.			
MORAES, Alexandre de. Constituição da República Federativa do Brasil : de 5 de outubro de 1988. 29.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 444p.			
PINTO, Jose Marcelino. Para onde vai o dinheiro? Caminhos e descaminhos do financiamento da educação. São Paulo, SP: Xama, 2014. 205p.			
Bibliografia Complementar			
ARELARO, Lisete. FUNDEF : uma avaliação preliminar dos dez anos de sua implantação. 2008. 16 f. Disponível em: < http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT05-3866-Int.pdf >. Acesso em: 07 out. 2008.			
BRASIL. Emenda Constitucional nº 53 , de 19 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br . Acesso em: jun. 2021.			
CRUZ, Rosana Evangelista da. Pacto federativo e financiamento da educação : a função supletiva e redistributiva da União - o FNDE em destaque. São Paulo: 2009. 434f. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2009.			
DUARTE, Marisa R. T; FARIA, Geniana Guimaraes. Recursos públicos para escolas públicas : as políticas de financiamento da educação básica no Brasil e a regulação do sistema educacional federativo. Belo Horizonte, MG: RHJ, 2010. 148p.			
MELCHIOR, Jose Carlos de Araújo. Financiamento da educação no Brasil . São Paulo, SP: EPU, 1987. 156p.			
PERONI, Vera Maria Vidal; ADRIÃO, Theresa. Programa Dinheiro Direto na Escola : uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação. Brasília, DF: INEP, 2007. 204p.			

DISCIPLINA:	Didática Geral		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA

EMENTA:

Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia. Relação entre professor e aluno. Recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.

Bibliografia Básica

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo, SP: Contexto, 2009.

CUNHA, Maria Isabel da. A docência como ação complexa: o papel da didática na formação de professores. In: MARTINS, Pura Lúcia Oliver; JUNQUEIRA, Sérgio R. A. (Orgs) **Conhecimento Local e Conhecimento Universal: pesquisa, didática e ação docente**. Curitiba: Champagnat, 2004.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013. 288p.

Bibliografia complementar

CANAU, Vera Maria Ferrão. **A Didática em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006.

HERNÁNDEZ, F; VENTURA, M.A **organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. As formas e práticas de interação entre professor e alunos. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Lições de didática**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2006.

RIOS, Teresinha Azevedo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Prática pedagógica do professor de didática**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.

DISCIPLINA:	Política e Legislação da Educação Básica		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	3.1.0	CÓDIGO:
OBRIGATÓRIA			
EMENTA:			
A Política Educacional brasileira no contexto da reforma do Estado. A Educação Básica na Legislação Educacional Brasileira.			
Bibliografia Básica			
ARELARO, Lisete R. G.; KRUPPA, Sônia M. P. Educação de Jovens e Adultos. In: OLIVERIA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (Orgs.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades . 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.			
BRZESZINSKI, Íria. LDB/1996: Uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares . São Paulo: Cortez, 2008.			
CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva , artigo a artigo. 17. ed. Atualizada. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.			
Bibliografia Complementar			
CORRÊA, Bianca C. Educação Infantil. In: OLIVERIA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (Orgs.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades . 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.			
CRUZ, Rosana Evangelista da; SILVA, Samara de Oliveira (Org.). Gestão da política nacional de educação: desafios contemporâneos para a garantia do direito à educação . Teresina, PI: EDUFPI, 2017. 342p.			
CURY, Carlos R. J. Os Conselhos da educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos . Campinas: Cortez, 2000.			
LIBÂNEO, José Carlos. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
SAVIANI, Dermeval. Da LDB 1996 ao novo PNE 2014-2024: por uma outra política educacional . 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. 359p.			

DISCIPLINA:	Currículo, Gestão e Unidades Escolares		
CH: 75 h	CRÉDITOS:	4.1.0	CÓDIGO:
OBRIGATÓRIA			

EMENTA:

Fundamentos teórico-metodológicos e legais do currículo. Concepções, tendências e avaliação de planejamento curricular. Experiências curriculares formais e não formais. O planejamento e a avaliação dos sistemas e das unidades escolares. As teorias que fundamentam a gestão educacional. A gestão dos sistemas e o processo de democratização de educação básica. Organização do trabalho pedagógico. Projeto Político Pedagógico.

Bibliografia Básica

COLOMBO, Sonia Simões. **Gestão educacional: uma nova visão**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007. 261p.

COSTA, Marisa Vorraber. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2005. 176p.

GIROUX, Henry. **Escola crítica e política cultural**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1992. 104p. (Polemicas do Nosso Tempo, 20)

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004. 319p.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 1997. 232p.

Bibliografia Complementar

ARROYO, Miguel G; CAMPOS, Rogerio Cunha; PAIXAO, Lea Pinheiro. **Da escola carente a escola possível**. 3.ed. São Paulo, SP: Loyola, 1991. 183p. (Educação Popular, 8)

FIGUEIREDO, Regina Sueiro de. **Planejamento participativo em instituição escolar: pistas e encaminhamentos**. Campo Grande, MS: UCDB, 2001. 97p.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Currículo: debates contemporâneos**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 237p. (Cultura, Memória e Currículo, 2)

MOREIRA, Antônio Flavio; TADEU, Tomaz. **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 173p.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 17. ed. São Paulo: SP: Cortez, 2012. 232p.

VASCONCELOS, Maria Celeste Reis Lobo de. **Gestão estratégica da informação, do conhecimento e das competências no ambiente educacional: vencendo desafios na busca de novas oportunidades de aprendizado, inovação**. Curitiba, PR: Jurua, 2011. 151p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lucia Maria Gonçalves de. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 10. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006. 200p

DISCIPLINA:	Avaliação da Aprendizagem		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA

EMENTA:

Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.

Bibliografia Básica

HAYDT, Regina Celia Cazaux. **A avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

SANTANA, Isa Martins. **Por avaliar? Como avaliar? critérios e instrumentos**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portfólio, Avaliação e Trabalho Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 2005.

Bibliografia Complementar

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação**. Perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas-SP: Papirus, 2004.

DEPRESBITERIS, Lea. **Avaliação educacional em três atos**. São Paulo: Senac, 1999.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

MELCHIOR, M. C. **Sucesso Escolar Através da Avaliação e da Recuperação**. Porto Alegre: Premier, 2001.

MORETO, V.P. **Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas**. Rio de Janeiro, DP & A, 2001.

DISCIPLINA:	Fundamentos e Didática da Educação Especial		
CH: 90h	CRÉDITOS: 4.2.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA

EMENTA:

Princípios da educação especial e inclusiva. Fundamentos históricos. Legislação e estrutura geral. O aluno da educação especial. Perspectivas atuais de atendimento. Deficiência/habilidades/potencialidades. Inclusão sócio-educacional. Público da educação especial e atuação docente. Práticas pedagógicas inclusivas.

Bibliografia Básica

MACHADO, Edileine Vieira; MAZZARO, José Luís. **Diálogos com o professor sobre inclusão: fatos e histórias**. Brasília: LGE, 2008.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; LACHMAN, Vivian; BORTOLINI, Ernani. **EDUCAÇÃO ESPECIAL, O LONGO CAMINHO: da antiguidade aos nossos dias. Cadernos Zygmunt Bauman**. vol. 9, num. 21, 2019, p. 1-16.

MENDES, E.G.; TANNÚS-VALADÃO, G.; MILANESI, J.B. Atendimento Educacional Especializado para estudante com deficiência intelectual: os diferentes discursos dos professores especializados sobre o que e como ensinar. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 45-67, set./dez. 2016.

Bibliografia Complementar

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCACAO ESPECIAL. **Educação especial: deficiência mental**. Brasília, DF: 1997. 150p. (Atualidades Pedagógicas, 3)

JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; VICTOR, Sonia Lopes. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: EDUFES, 2012. 422p.

PADILHA, A. M. L. **Práticas Pedagógicas na Educação Especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental**. Campinas, SP : Autores Associados, 2001

ROSADO, Rosa Maria Borges de Queiroz. **Educação especial no Piauí 1968 a 1998: reflexões sobre sua história e memória**. Teresina, PI: EDUFPI, 2016. 270p.

ROSETTO, Elisabeth; REAL, Daniela Corte. **Diferentes modos de narrar os sujeitos da educação especial a partir de** Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2012. 184p.

STOBAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mourino. **Educação especial: em direção a educação inclusiva**. 4.ed. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2012. 196p.

DISCIPLINA:	Matemática do Ensino Fundamental		
CH: 75h	CRÉDITOS: 4.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA

EMENTA:

Estudos contextualizados de conhecimentos matemáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, correlacionados às áreas temáticas: números; álgebra; geometria; grandeza e medidas; probabilidade e estatística.

Bibliografia Básica

CAZORLA, Irene et al (Orgs.). **Estatística para os anos iniciais do ensino fundamental**. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM, 2017. E-book.

DANTE, Luiz Roberto. **Ápis matemática: ensino fundamental: anos iniciais**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2020 (Coleção do 1º ao 5º ano).

WALLE, Jonh A. Van de. **Matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicação em sala de aula**. Porto Alegre: Penso Editora, 2009. MACHADO, Edileine Vieira; MAZZARO, José Luís. **Diálogos com o professor sobre inclusão: fatos e histórias**. Brasília: LGE, 2008.

Bibliografia Complementar

SILVEIRA, Ênio; MARQUES, Claudio. **Matemática: compreensão e prática**. 5 ed. São Paulo: Moderna, 2018.

NACARATO, Adair Mendes; CUSTÓDIO, Íris Aparecida (Orgs.). **O desenvolvimento do pensamento algébrico na educação básica: compartilhando propostas de sala de aula com o professor que ensina (ensinará) Matemática**. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2028. E-book.

SOUZA, Marcela Luciano Vilela de; LOPES, Sérgio Augusto Amaral; NASCIMENTO, Kleber Gonçalves do. **Álgebra: proposta da unidade temática na BNCC e desafios por sua trajetória ao longo dos nove anos do ensino fundamental**. Associação Nacional dos Professores de Matemática na Educação Básica - ANPMat: Rio de Janeiro, 2020. E-book.

DISCIPLINA:	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais		
CH: 60h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Língua brasileira de sinais – LIBRAS. Conceituação, história da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos linguísticos da libras e o uso da língua. Pedagogia surda.			
Bibliografia Básica			
CAPOVILLA, Fernando César ; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo dos surdos em libras . São Paulo: Vitae. Fapesp. Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.			
GESSER, Audrei. Libras? : Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e realidade surda . São Paulo: Parábola Editorial, 2009.			
QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.			
Bibliografia Complementar			
BOTELHO, P. Segredos e silêncios na educação de surdos . Minas Gerais: Editora Autêntica, 1998.			
FERNANDES, Eulália; QUADROS, Ronice Muller de [et al] Surdez e Bilinguismo – Porto Alegre: Mediação , 2005.			
SACKS, Oliver W. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.			
SKLIAR, Carlos. Surdez: um olhar sobre as diferenças . 6. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2012. 190p.			

DISCIPLINA:	Fundamentos Psicossociais da Aprendizagem
--------------------	--

CH: 75 h	CRÉDITOS: 4.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Principais abordagens da aprendizagem e seus problemas. Dificuldades e distúrbios de aprendizagem. Abordagem multifatorial da aprendizagem e seus problemas: os fatores orgânicos, emocionais e psicossociais. Papel do professor e estratégias de superação			
Bibliografia Básica			
COLL. César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico: Psicologia Evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004, vol. 1.			
COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús et all. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da educação escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004, vol. 2.			
GOMEZ, Ana Maria Salgado; TERAN, Nora Espinosa. Dificuldades de Aprendizagem: detecção e estratégias de ajuda. Tradução de Adriana de Almeida Navarro. Grupo Cultural, 2009.			
Bibliografia Complementar			
FONSECA, Vitor da. Introdução às dificuldades de aprendizagem. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995			
FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré. O desenvolvimento da escrita na criança. In: Fontana Roseli, Cruz, Nazaré. Psicologia e Trabalho Pedagógico. São Paulo: Atual, 1997.			
GONZÁLEZ, Eugenio et al. Necessidades Educacionais Específicas: intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007			
MORAES, Antônio Manuel Pamplona de. Distúrbios da aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica. 10. ed. São Paulo: EDICON, 2003. 192p.			
PATTO, Maria Helena. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005			
ROTTA, N.; RIESGO, S.R.; OHLWEILER, L. Transtornos de Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006			
SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 2			

DISCIPLINA:	Linguística e Alfabetização		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA

EMENTA:

Concepções de linguagem; relação linguagem e mundo, cultura e sociedade. Estudo do cruzamento de diferentes linguagens que fundamentam o universo de significação e história do modo de viver contemporâneo. Fonética e fonologia e aquisição de língua materna – oralidade e escrita. Práticas Discursivas, Alfabetização e ensino da língua materna. A escrita como produção social.

Bibliografia Básica

KATO, Mary Aizawa. **Mundo da escrita**: uma perspectiva sociolinguística. São Paulo, SP: Ática, 1986. 144p.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola**: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed Editora. 2002

LURIA, Alexander Romanovich. **O desenvolvimento da escrita na criança**. In: Vigotski Lev Semenovich et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010, p. 143-189. 1.

Bibliografia Complementar

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola**, e agora?: sociolinguística e educação. São Paulo, SP: Parábola, 2005. 263p.

COLLINS, J. e Michaels, S. **A fala e a escrita**: estratégias de discurso e aquisição da alfabetização. In: Cook-Gumperz, Jenny. (Org.). A construção social da alfabetização. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

GOODMAN, Yetta M. (Org.). **Como as crianças constroem a leitura e a escrita**: perspectivas piagetianas. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Ensinar ou aprender**: Emília Ferreiro e a alfabetização. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996. 86p.

VIGOTSKI, Semenovich et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11 ed. São Paulo: Ícone, 2010.

DISCIPLINA:	Alfabetização e Letramento		
CH: 75 h	CRÉDITOS: 4.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA

EMENTA:

Linguagem como mediadora das interações sujeito-cultura; O aprendizado da linguagem escrita. Evolução da escrita. Psicogênese da Língua escrita. Concepções teórico-metodológicas do processo de alfabetização e letramento. Sistema de escrita alfabético/ortográfico. Linguagem verbal/oral na aprendizagem da linguagem verbal escrita. Realidade linguística e os processos de sistematização do uso da leitura e da escrita. Letramento e Alfabetização digitais.

Bibliografia Básica

ATAÍDE, D.M da S.; PINHO, M.J. Letramento digital e alfabetização tecnológica: reflexões a partir de um estudo com alunos do PARFOR. **Educação, Formação & Tecnologias**. Julho-dezembro, 2013.

KLEIN, Ligia Regina. **Alfabetização: quem tem medo de ensinar**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1997. 143p.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **ABC do alfabetizador**. Belo Horizonte, MG: Alfa Educativa, 2003. 428p.

SILVA, Solimar Patriota. Letramento digital e formação de professores na era da web. O que e como ensinar. **Hiertextus Revista Digital**, nº8, junho 2012.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, Mairce da Silva; CARVALHO, Ricardo; REGO, Marta da Costa Lima. **Alfabetização 1**. Rio de Janeiro, RJ: CECIERJ, 2004. 2v.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1998.159p.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2006. 167p.

KLEIMAN, Ângela B. **Os Significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008. 294p.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010. 123p.

DISCIPLINA:	Letramento Matemático e Digital		
CH: 75 h	CRÉDITOS: 4.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA

EMENTA:

A Linguagem matemática como mediadora das interações sujeito-cultura.
O papel da matemática na leitura do mundo, especificamente no contexto da educação básica;
O desenvolvimento do pensamento matemático: origem e evolução e suas implicações na aprendizagem dos conteúdos matemáticos.
Concepções de letramento Matemático e sua importância no contexto da docência das series iniciais do ensino fundamental: Indicadores de ensino e aprendizagem; cálculos contextualizados; enfoques de vivências matemáticas na pesquisa;
O uso de processos e ferramentas matemáticas disponíveis nas tecnologias digitais;
Desenvolvimento de projetos relacionados ao letramento matemática no contexto tecnológico.

Bibliografia Básica

KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KAMII, Constance. **A criança e o número.** Campinas: Papyrus, 2011.

NACARATO, Adair Mendes et al (Orgs.). **Práticas de letramento matemático nos anos iniciais:** experiências, saberes e formação docente. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018.

Bibliografia Complementar

SOUZA, F.A.de; ANDRADE, J. A.A; MARTINS, F.de P. **As práticas de letramento matemático digital e o papel mediador das tecnologias digitais:** uma experiência com o software superlog na educação básica. Devir Educação, 2020.

SOUZA, A.de R. **O letramento digital no ensino de matemática sob a perspectiva de complexidade** <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/49488>, 2020.

DISCIPLINA:	Didática da História		
CH: 75 h	CRÉDITOS 4.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
<p>Concepções de ensino-aprendizagem de história. Aspectos teórico-metodológicos no ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Conteúdos e materiais didáticos no ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Experiências e projetos no ensino de história.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>FONSECA, Selva Guimaraes. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010. 255p.</p> <p>NEMI, Ana Lucia Lana; MARTINS, Joao Carlos. Didática de história: o tempo vivido: uma outra história. São Paulo, SP: FTD, 1996. 140p.</p> <p>PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de história e geografia. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 256p.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>CIAMPI, Helenice; CABRINI, Conceição. Ensino de história: revisão urgente. São Paulo, SP: EDUC, 2000. 164p.</p> <p>LOPES, Eliane Marta Teixeira. Perspectivas históricas da educação. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1996. 80p. (Princípios, 51)</p> <p>MOTA, Maria do Perpetuo Socorro Tobler. Ensino e aprendizagem de história: a construção de conceitos temporais nas séries iniciais. s.l: 2007. 36fls.</p> <p>SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2006. 211p.</p>			

DISCIPLINA:	Didática das Ciências da Natureza
--------------------	--

CH: 75 h	CRÉDITOS: 4.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
<p>Ciências Naturais: Construção e Finalidades de estudo. Aspectos históricos do ensino de Ciências Naturais nos Anos Iniciais. Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Ciências nos Anos Iniciais. Recursos Didáticos no ensino de Ciências Naturais.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>DELIZOICOV, Demétrio et. al. Metodologia do ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>DELIZOICOV, Demétrio et. al. Ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. Ensino de ciências naturais: saberes e práticas docentes. Teresina: EDUFPI, 2013.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Ciências Naturais – Ensino Fundamental Brasília: MEC/SEF, 1997.</p> <p>CARVALHO, Ana Maria de C. (Coord.) A formação do professor e a prática de ensino. São Paulo: Pioneira, 1988.</p> <p>CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. 4. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.</p> <p>GERALDO, Antônio Carlos Hidalgo. Didática de ciências da natureza: na perspectiva histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2009.</p> <p>SILVA, Roberta Deysiane Ferreira da. Atividades práticas no ensino de ciências naturais nos anos iniciais da escola fundamental. s.l: 2012. 47f.</p>			

DISCIPLINA:	Didática da Língua Portuguesa
--------------------	--------------------------------------

CH: 75 h	CRÉDITOS: 4.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de Língua Portuguesa. A fala, a leitura, a escrita e a análise linguística como prática de sistematização do conhecimento linguístico. Conteúdos e materiais didáticos de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental.			
Bibliografia Básica			
BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo, SP: Parábola, 2004. 108p. (Linguagem, 4)			
FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Linguística textual: introdução. 2.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005. 120p. (Gramática Portuguesa na Pesquisae no Ensino, 9)			
GERALDI, Joao Wanderley. O texto na sala de aula. 4. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006. 136p.			
Bibliografia Complementar			
CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. 10. ed. São Paulo, SP: Scipione,2001. 191p.			
CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura infantil: teoria e prática. 11. ed. São Paulo,SP: Ática, 1999. 176p.			
FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Oficina de texto. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 327p.			
ILARI, Rodolfo. A linguística e o ensino da língua portuguesa. 4. ed. São Paulo, SP:Martins Fontes, 1997. 120p.			
MAROTE, Joao Teodoro D'Olim; FERRO, Glaucia Dolim Marote. Didática da língua portuguesa. 10. ed. São Paulo, SP: Ática, 1998. 127p.			

DISCIPLINA:	Didática da Matemática
--------------------	-------------------------------

CH: 75 h	CRÉDITOS: 4.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
<p>EMENTA:</p> <p>Concepções de ensino e de aprendizagem de matemática. Aspectos teórico- metodológicos do ensino de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Conteúdos estruturantes para o ensino e a aprendizagem de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Materiais didáticos, experiências e projetos para o ensino e a aprendizagem de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.</p>			
<p>Bibliografia Básica</p> <p>KAMII, Constance. A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação com escolares de 4 a 6 anos. 36. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008. 124p.</p> <p>SARMENTO, Alan Kardec Carvalho. As concepções de professores de matemática da escola fundamental acerca da matemática e de seu ensino. Teresina: 2011. 180f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2011.</p> <p>ZUNINO, Délia Lerner de. Matemática na escola: aqui e agora. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 1995. 191p.</p>			
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do ensino da matemática. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1996. 119p.</p> <p>DANTE, Luiz Roberto. Didática da resolução de problemas de matemática: 1ª. a 5ª.series. 12. ed. São Paulo, SP: Ática, 1999. 176p.</p> <p>KNIJNIK, Gelsa; GIONGO, Ieda Maria; WANDERER, Fernanda. Etnomatemática em movimento. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2012. 108p. (Coleção Tendências em Educação Matemática, 25)</p> <p>MOURA, Anna Regina L. de; LIMA, Luciano Castro; MOURA, Manoel Oriosvaldode. Educar com a matemática: fundamentos. São Paulo: Cortez, 2016. 383p.</p> <p>MOYSES, Lucia M. Aplicações de Vygotsky à educação matemática. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. 176p</p>			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado I		
CH: 75 h	CRÉDITOS: 1.0.4	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
<p>Fundamentos da docência no contexto social, político, econômico e cultural referente ao estágio supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Observação do Tempo/espaço nos anos iniciais do ensino Fundamental/Ciclo da Alfabetização: realidade dos espaços escolares e sua organização educativa; o trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental em espaços escolares. Relação teoria/prática do estágio supervisionado integrado à pesquisa.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo, SP: Avercamp, 2010.126p.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 124p.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 296p.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ARAÚJO, Raimundo Dutra de. O estágio supervisionado no curso de pedagogia da UESPI: articulação teoria-prática na formação docente. Teresina: 2009. 135f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2009.</p> <p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 182p.</p> <p>LIMA, Maria Socorro Lucena; NAKAMOTO, Pérsio; GARCIA, Zuleide Ferraz. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 4. ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2004. 131p.</p> <p>MACIEL, Emanoela Moreira. O estágio supervisionado como espaço de construção do saber ensinar. Teresina: 2012. 106f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2012.</p> <p>SOARES, Maria do Socorro. O estágio supervisionado na formação de professores: sobre a prática como locus da produção dos saberes docentes. Teresina: 2010. 155f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2010.</p>			

6º PERÍODO

DISCIPLINA:		Didática da Geografia	
CH: 75 h	CRÉDITOS: 4.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
<p>Concepções de ensino-aprendizagem de geografia. Aspectos teórico-metodológicos no ensino de Geografia. Conteúdos e materiais didáticos no ensino de Geografianos anos iniciais do Ensino Fundamental. Experiências e projetos no ensino de Geografia.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>ANDRADE, Manuel Correia de. Caminhos e descaminhos da geografia. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1993. 85p.</p> <p>CARLOS, Ana Fani Alessandri. Novos caminhos da geografia. São Paulo, SP: Contexto, 2002. 204p.</p> <p>CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia na sala de aula. 9. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2015. 144p.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ALMEIDA, Rosangela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico: ensino e representação. 15. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2008. 90p.</p> <p>EVANGELISTA, Armstrong Miranda. A Geografia no ensino fundamental: uma proposta de prática docente. Teresina: 2000. 203f.</p> <p>MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de. Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, SP: Perspectiva, 2012. 307p. (Coleção Estudos, 302)</p> <p>GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato; CASTRO, Ina Elias de. Geografia: conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007. 352p.</p> <p>STRAFORINI, Rafael. Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2.ed. São Paulo, SP: Annablume, 2006. 188p. (Selo Universidade. Geografia, 255)</p>			

DISCIPLINA:		Didática da Arte	
CH:75h	CRÉDITOS: 4.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
<p>Funções e objetivos da arte na educação. Artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança na escola. O multiculturalismo e a arte como fator de inclusão social. Propostas metodológicas no ensino da arte nas escolas de Educação Básica.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. Inquietações e mudanças no ensino da arte. 5.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008. 184p.</p> <p>BUORO, Anamélia Bueno. Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino da arte. São Paulo, SP: EDUC, 2002. 252p.</p> <p>MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Terezinha Telles. Didático ensino de arte: a língua do mundo. São Paulo, SP: FTD, 1998. 197p.</p>			
Bibliografia complementar			
<p>CAMARGO, Luís. Arte-educação: da pré-escola a universidade. São Paulo, SP: Nobel, 1989. 162p.</p> <p>CONDURU, Roberto; PIMENTEL, Lucia Gouvêa. Arte afro-brasileira. Belo Horizonte, MG: C / Arte, 2012. 126p.</p> <p>FUSARI, Maria Filisminda de Rezende e; FERAZ, Maria Heloisa Correa de Toledo Colab. Arte na educação escolar. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1992. 151p.</p> <p>NUNES, Ana Luiza Ruschel. Artes visuais, leitura de imagens e escola. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2012. 352p.</p> <p>GOMBRICH, Ernst Hans. A história da arte. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015. 688p</p>			

DISCIPLINA:	Metodologias ativas de aprendizagem		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
<p>Metodologias ativas e tecnologias digitais aplicáveis a educação. A Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL). Sala de aula invertida. Sala de aula compartilhada. Gamificação. Realidade virtual e aumentada em espaço de criação digital na Educação Básica O professor mediador e as metodologias ativas.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>ALLAL, L.; CARDINET, J.; PERRENOUD, P. A avaliação formativa num ensino diferenciado. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.</p> <p>BENDER, W. Aprendizagem baseada em Projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014. 159 p.</p> <p>BERBEL, N. A. N.; GAMBOA, S. A. S. A metodologia da problematização com o Arco de Maguerez: uma perspectiva teórica e epistemológica. <i>Filosofia e Educação</i>, v. 3, n. 2, out. 2012.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BERGMANN, J.; SAMS, A. Sala de Aula Invertida: uma Metodologia Ativa de Aprendizagem. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 104 p.</p> <p>JENSEN, E. Enriqueça o cérebro – como maximizar o potencial de aprendizagem de todos os alunos. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>MAZUR, ERIC. Peer instruction: A user's manual. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1997.</p> <p>PERRENOUD, P. H. Dez Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>			

DISCIPLINA:	Leitura Literária na Escola	
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	OBRIGATÓRIA
EMENTA:		
<p>A construção da concepção de leitura literária. O professor leitor no processo de formação leitora da criança. Literatura infantil para crianças: aproximações com a cultura escrita e implicações no processo de alfabetização. Práticas de leitura literária na escola.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>BAMBERGER, Richard. Como incentivar o hábito de leitura. 7. ed. São Paulo, SP: Ática, 2010. 109p.</p> <p>LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002. 120p.</p> <p>SOLE, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998. 194p.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. 5. ed. São Paulo, SP: Scipione, 2006. 174p.</p> <p>AMARILHA, Marly. Estão mortas as fadas. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1997. 93p.</p> <p>COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. 7. ed. São Paulo, SP: Moderna, 2000. 287p.</p> <p>LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 6. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006. 112p.</p> <p>ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. 11. ed. São Paulo, SP: Global, 2005. 235p.</p>		

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado II		
CH: 90 h	CRÉDITOS:	0.0.6	CÓDIGO:
OBRIGATÓRIA			
EMENTA:			
Fundamentos da docência no contexto social, político, econômico e cultural referente ao estágio supervisionado no 1º ano do Ensino Fundamental. Observação do Tempo/espaço no 1º ano do ensino Fundamental/Regências orientadas e supervisionadas no 1º ano do Ensino fundamental/espacos escolares. Trabalho Pedagógico no 1º ano do Ensino Fundamental em espaços escolares. Relação teoria/prática do estágio supervisionado integrado à pesquisa.			
Bibliografia Básica			
BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo, SP: Avercamp, 2010.126p.			
PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática . 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 124p.			
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência . 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 296p.			
Bibliografia Complementar			
ARAÚJO, Raimundo Dutra de. O estágio supervisionado no curso de pedagogia da UESPI: articulação teoria-prática na formação docente . Teresina: 2009. 135f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2009.			
BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado . 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 182p.			
LIMA, Maria Socorro Lucena; NAKAMOTO, Pérsio; GARCIA, Zuleide Ferraz. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente . 4. ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2004. 131p.			
MACIEL, Emanoela Moreira. O estágio supervisionado como espaço de construção do saber ensinar . Teresina: 2012. 106f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2012.			
SOARES, Maria do Socorro. O estágio supervisionado na formação de professores: sobre a prática como lócus da produção dos saberes docentes . Teresina: 2010. 155f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2010.			

7º PERÍODO

DISCIPLINA:		Educação e Movimentos Sociais	
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Estado, movimentos sociais e sociedade civil como construção histórica. Teoria dos movimentos sociais. Movimentos Sociais: identidade, cidadania e democratização. O cultural e o político nos movimentos sociais. História dos movimentos sociais do campo no Brasil. A escola do campo como espaço de disputa social.			
Bibliografia Básica			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, ideologia e contra-ideologia . São Paulo, SP:EPU, 1986. 106p.			
SILVA, Jefferson J. da. Formação do educador e educação política . São Paulo, SP:Cortez, 1991. 96p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 48)			
TORRES, Artemis; SEMERARO, Giovanni; PASSOS, Luiz Augusto. Educação: fronteira política . Cuiabá, MT: UFMT, 2006. 244p.			
Bibliografia Complementar			
BERGER, Peter L; LUCKMANNI, Thomas. A Construção social da realidade : tratado de sociologia do conhecimento. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 239p.			
CASSIRER, Ernst. Ensaio sobre o homem : introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997. 391p.			
CASSIRER, Ernst. Antropologia filosófica : ensaio sobre o homem. São Paulo, SP:Mestre Jou, 1972. 378p.			
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2014. 213p.			
EDUCACAO E REALIDADE. Porto Alegre - RS: Faculdade de Educação UFRGS, 1976. Irregular.			

DISCIPLINA:		Educação e Empreendedorismo	
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Do Empreendedorismo na Educação à Educação Empreendedora. Pedagogia Empreendedora. Empreendedorismo e o Trabalho do Pedagogo. Comportamento Empreendedor. Pedagogo Empreendedor.			
Bibliografia Básica			
AQUINO, Soraya Farias. Empreendedorismo e Educação. Manaus: BK Editora, 2008. 125 p.			
CABRAL, Maria Leonor Pereira Coutinho Ferreira. Contributos da universidade para a promoção do potencial empreendedor dos estudantes . 2012. 67 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2012. Disponível em: http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9261/1/Dissertação.pdf . Acesso em: 2 jul. 2021.			
DOLABELA, Fernando. Pedagogia Empreendedora . São Paulo: Editora de Cultura, 2003.			
Bibliografia Complementar			
HICKS, Stephen R. C. Educando para o empreendedorismo . 2014. Departamento de Filosofia e Centro para a Ética e Empreendedorismo, Rockford University, Illinois, EUA.. Disponível em: http://www.jabrazil.org.br/jabr/noticias/artigo-educando-para-o-empreendedorismo . Acesso em: 01 jul. 2021.			
IMAGINÁRIO, Susana et al. Educação para o empreendedorismo em Portugal: o nascimento do Programa Empreender na Escola . Revista AMAzônica, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 343-362. 2014. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34298/1/AMAZonica Empreendedorismo e inovação.pdf . Acesso em: 01 jul. 2021.			
LOPES, Rose Mary A. Educação Empreendedora: conceitos, modelos e práticas . 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 230 p.			
SARKAR, Soumodip. Empreendedorismo e Inovação . 3. ed. Maputo: Escolar Editora, 2014.			
VENCO, Selma. Ensinar o Espírito da Empresa na Escola: a guinada política dos anos 1980- 2000 na França . Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 38, no. 139, p.527-530, abr.- jun., 2017. 414 p.			

DISCIPLINA:	TCC I		
CH: 30 h	CRÉDITOS: 1.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Atividade orientada de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.			
Bibliografia Básica			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. NBR 10522 : abreviação na descrição bibliográfica. Rio de Janeiro: ABNT, out. 2002.			
GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar : como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 12.ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011. 107p.			
RODRIGUES, André Figueiredo. Como elaborar e apresentar monografias . 3. ed. São Paulo, SP: Humanitas, 2008. 92p. (Coleção Metodologias, 3)			
Bibliografia Complementar			
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 184p.			
KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 182p.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 1v.			
MOROZ, Melânia, GIANFOLDONI, Mônica Helena T. Alves. O processo de pesquisa : iniciação. 2. ed. Brasília: Líber, 2006.			
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 35 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 144p.			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado III		
CH: 120 h	CRÉDITOS:	0.0.8	CÓDIGO:
OBRIGATÓRIA			
EMENTA:			
<p>Fundamentos da docência no contexto social, político, econômico e cultural referente ao estágio supervisionado no 2º e 3º anos iniciais do Ensino Fundamental. Observação do Tempo/espaço nos anos iniciais do ensino Fundamental/2º e 3º ano. Regências orientadas e supervisionadas nos anos iniciais do Ensino fundamental/2º e 3º ano: espaços escolares. Trabalho Pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental em espaços escolares. Relação teoria/prática do estágio supervisionado integrado à pesquisa.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo, SP: Avercamp, 2010.126p.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 124p.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 296p.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ARAÚJO, Raimundo Dutra de. O estágio supervisionado no curso de pedagogia da UESPI: articulação teoria-prática na formação docente. Teresina: 2009. 135f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2009.</p> <p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 182p.</p> <p>LIMA, Maria Socorro Lucena; NAKAMOTO, Pérsio; GARCIA, Zuleide Ferraz. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 4. ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2004. 131p.</p> <p>MACIEL, Emmanoela Moreira. O estágio supervisionado como espaço de construção do saber ensinar. Teresina: 2012. 106f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2012.</p> <p>SOARES, Maria do Socorro. O estágio supervisionado na formação de professores: sobre a prática como lócus da produção dos saberes docentes. Teresina: 2010. 155f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2010.</p>			

OPTATIVA I – 60 HORAS

DISCIPLINA:		Metodologias e Contextos da Ação Pedagógica
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	OPTATIVA
<p>EMENTA: Aspectos teórico-metodológicos da ação/atuação do pedagogo em espaços escolares e não escolares. Natureza do trabalho pedagógico. Planejamento estratégico para o contexto escolar e não escolar. Ética profissional..</p>		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Coordenador pedagógico: provocações e possibilidades de atuação. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2012. 139p. MORAIS, Regis de. Sala de aula: que espaço e esse. Campinas, SP: Papyrus, 1997. 136p. PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. Coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. 9. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2012. 183p.</p>		
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Coordenador pedagógico e o espaço de mudança. 10. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2012. 127p.</p> <p>AMORIM, Maria Luísa de Aguiar. Trabalho e formação humana em Marx: leitura pedagógica ou redescoberta do encanto de aprender. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica, 2014. 257p.</p> <p>CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. Campinas, SP: Papyrus, 2001. 184p.</p> <p>MATOS, Elizete Lucia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. Pedagogia hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 181p.</p> <p>RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2010. 145p.</p>		

DISCIPLINA:		História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	
CH: 60 h	CRÉDITO:	4.0.0	CÓDIGO:
		OPTATIVA	
EMENTA:			
<p>Concepções de cultura. As leis 10.639/03 e 11.645/08. Ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena. Resistências e permanências dos elementos da cultura africana e indígena no Brasil. Conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, Diferença. Políticas afirmativas para populações étnica.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da Educação. Brasília, 2004.</p> <p>BRASIL. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2009.</p> <p>FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES, Petronilha. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p> <p>MOURA, Clóvis. As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.</p> <p>MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.</p> <p>NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.</p> <p>SANTOS, Joel Rufino. Saber do negro. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.</p> <p>SOUZA, Ana Lúcia S et. al. (orgs.). Orientações a Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Ensino Médio. Brasília, MEC/ SECAD, 2006.</p>			

Disciplina	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação no campo	
C/H: 60h	CRÉDITOS: 4.0.0	OPTATIVA
<p>Ementa: Estado, Sociedade, Movimentos Sociais do Campo e Educação. Políticas Públicas para educação no campo no Brasil. Trajetória histórica de constituição da Educação do Campo no Brasil. Princípios e Identidade da Educação no campo. Matrizes teóricas da Educação do Campo. Projetos Pedagógicos em Educação no campo. Práticas em Educação do Campo.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p>		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo & KOLLING, Edgar Jorge (orgs) Educação no campo: Identidades e Políticas Públicas. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação no campo, 2002. (Coleção Por uma Educação no campo, nº 4). 2. CALDART, R. Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In. MOLINA, M. C.; JESUS, S.M.S.A. de (Orgs). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Articulação Nacional “Por uma educação do campo”, n. 5, Brasília, 2004. 3. FREIRE. Paulo. <i>Pedagogia do Oprimido</i>. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015. 4. KRUPSKAYA, N. K. A construção da Pedagogia Socialista. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p>		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CALDART, Roseli Salete; STEDILE, Miguel Enrique; DAROS, Diana (Orgs). Caminhos para transformação da escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 2. KOLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel José & MOLINA, Mônica Castagna (orgs). Por uma Educação no campo. Brasília: UNB, 1999. 3. RAMOS, M. N.; MOREIRA, T. M.; SANTOS, C. A. dos. Por uma política de educação do campo. In. RAMOS, M. N.; MOREIRA, T. M.; SANTOS, C. A. Referências para uma política nacional de educação do campo: cadernos de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004. 4. SAPELLI, Marlene Lucia Siebert; FREITAS, Luiz Carlos de.; CALDART, Roseli Salete (Orgs). Caminhos para transformação da escola 3: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 5. UNEFAB, União das Famílias Agrícolas do Brasil. Pedagogia da Alternância: Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2002. 		

8º PERÍODO

DISCIPLINA:	Educação, diversidade cultural e inclusão social.	
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	OBRIGATORIA
EMENTA:		
<p>Conceitos básicos relacionados à educação, diversidade cultural, identidade e inclusão social. Multiculturalismo e Educação na contemporaneidade. Discriminação; Estereótipos e Preconceito no cotidiano escolar. Aspectos de ordem econômica e social que estão imbricados na forma como os sujeitos, grupos, instituições, governos e organizações constroem representações de si e dos outros.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>ABRAMOWICZ; Anete; SILBÉRIO, Valter Roberto. (Org.). Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. 1. ed. Campinas: Papirus, 2005.</p> <p>SAFELICE, Gustavo Roeser; BASSANI, Patrícia Scherer. Diversidade Cultural e Inclusão Social. leitura. Novo Hamburgo,RS: Brasil 2020.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais: ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre, RS: Mediação, 2012.</p> <p>CANAU, V. M. e MOREIRA, A. F. B. Multiculturalismo, diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.</p> <p>CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011</p> <p>FLEURI, R. M. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. Educação e Sociedade, Florianópolis, v. 27, 2006.</p> <p>KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (Org.). Diálogos com a diversidade: desafios da formação de educadores na contemporaneidade. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2010.</p>		

DISCIPLINA:	Educação Ambiental e Sustentabilidade		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Educação Ambiental: histórico, princípios, fundamentos, marco conceitual, teorias pedagógicas, perspectivas e desafios. A Educação Ambiental em espaços formais e não-formais. A questão ambiental e a sustentabilidade. Interdisciplinaridade e o papel da sociedade. Metodologia da pesquisa em Educação Ambiental. Elaboração de projetos de Educação Ambiental.			
Bibliografia Básica			
DIAS, Genebaldo Freire. Atividades interdisciplinares de educação ambiental . 2. ed. São Paulo, SP: Gaia, 2006. 224p.			
GUIMARAES, Mauro. A dimensão ambiental na educação . 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013. 96p.			
MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação . 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 23			
Bibliografia Complementar			
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental . Brasília: 2012.			
BRASIL.. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde / Secretaria de Educação Fundamental . – Brasília: 1997.			
SANTOS, Ethynna Marina Correa. Abordagem em educação ambiental: elaboração de um guia ilustrado da fauna do parque Zoobotânico de Teresina - PI . Teresina, PI: EDUFPI, 2012. 109f.			
SOUSA, Natalia Rosa de. Abordagem lúdica para a conscientização ambiental na educação infantil utilizando o Rio Parnaíba como escola . Teresina, PI: EDUFPI, 2012.80f.			
RUSCHEINSKY, Aloisio. Educação ambiental: abordagens múltiplas . 2.ed. Porto Alegre,RS: Penso, 2012. 312p.			

DISCIPLINA:	TCC II		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 0.4.0	CÓDIGO:	OBRIGATÓRIA
EMENTA:			
Atividade orientada de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Conclusão e apresentação pública do TCC.			
Bibliografia Básica			
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 184p.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.			
MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso . 2.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 118p.			
Bibliografia Complementar			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. NBR 10522 : abreviação na descrição bibliográfica. Rio de Janeiro: ABNT, out. 2002.			
GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar : como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 12.ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011. 107p.			
RODRIGUES, André Figueiredo. Como elaborar e apresentar monografias . 3. ed. São Paulo, SP: Humanitas, 2008. 92p. (Coleção Metodologias, 3)			
KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 182p.			
SILVA, Reia Sílvia Rios Magalhães e; FURTADO, José Augusto Paz Ximenes. Monografia na prática do graduando : como elaborar um trabalho de conclusão de curso - TCC. Teresina, PI: CEUT, 2002. 114p.			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado IV		
CH: 120 h	CRÉDITOS:	0.0.8	CÓDIGO:
OBRIGATÓRIA			
EMENTA:			
<p>Fundamentos da docência no contexto social, político, econômico e cultural referente ao estágio supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Observação do Tempo/espaço nos anos iniciais do ensino Fundamental/4º e 5º ano. Regências orientadas e supervisionadas nos anos iniciais do Ensino fundamental/4º e 5º ano: espaços escolares. Trabalho Pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental em espaços escolares. Relação teoria/prática do estágio supervisionado integrado à pesquisa.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo, SP: Avercamp, 2010.126p.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 124p.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 296p.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ARAÚJO, Raimundo Dutra de. O estágio supervisionado no curso de pedagogia da UESPI: articulação teoria-prática na formação docente. Teresina: 2009. 135f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2009.</p> <p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 182p.</p> <p>LIMA, Maria Socorro Lucena; NAKAMOTO, Pérsio; GARCIA, Zuleide Ferraz. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 4. ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2004. 131p.</p> <p>MACIEL, Emanoela Moreira. O estágio supervisionado como espaço de construção do saber ensinar. Teresina: 2012. 106f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2012.</p> <p>SOARES, Maria do Socorro. O estágio supervisionado na formação de professores: sobre a prática como locus da produção dos saberes docentes. Teresina: 2010. 155f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2010.</p>			

OPTATIVAS II – 60h

DISCIPLINA:		Tópicos Especiais da Educação	
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO:	OPTATIVA
EMENTA:			
<p>Conhecimentos da área da educação, definidos quando da elaboração do plano da disciplina, visando explorar conteúdos que contemplarão as Propostas Institucionais do curso de Pedagogia alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNCC.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.</p> <p>CHARLOT, Bernard. Da Relação com o Saber às Práticas Educativas. São Paulo: Cortez, 2013</p> <p>FURLANETTO, E. C. Como nasce um professor?: uma reflexão sobre o processo de individuação e formação. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.</p> <p>FURLANETTO, E. C. Matrizes Pedagógicas e formação de professores. Cadernos, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 11-16, jul./set. 2005.</p> <p>LARROSA BONDÍA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20, jan./abr. 2002.</p>			

DISCIPLINA:		Português I – Prática de Redação	
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO:	OPTATIVA
EMENTA:			
Plano de Redação utilizando processo lógico de raciocínio.			
Bibliografia Básica			
FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de texto para estudantes universitários . 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 300p.			
FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Oficina de texto . 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 327p.			
VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade . 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006. 133p.			
Bibliografia Complementar			
BELTRAO, Odacir. Correspondência, linguagem e comunicação : oficial, comercial, bancaria, particular. 24. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 341p.			
FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto . 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 140p.			
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto : leitura e redação. 3. ed. São Paulo, SP: Ática, 1998. 416p.			
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto : leitura e redação. 17.ed. São Paulo, SP: Ática, 2010. 431p.			
GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna . 17.ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 622p. (Biblioteca de Administração Pública, 14			

DISCIPLINA:	Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos	
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	OPTATIVA
EMENTA:		
<p>A educação de jovens e adultos como direito. Concepções teórico-metodológicas de educação de jovens e adultos. A diversidade da educação de jovens e adultos. Os fundamentos legais da educação de jovens e adultos como modalidade de educação. A história da Educação de Jovens e Adultos. As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. As políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Piauí.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>BARRETO, Vera. Paulo Freire para educadores. São Paulo, SP: A&C, 2004. 137p.</p> <p>BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo, SP: Pioneira, 1974. 189p.</p> <p>DOWBOR, Ladislau; SACHS, Ignacy; LOPES, Carlos. Riscos e oportunidades: em tempos de mudança. São Paulo, SP: Instituto Paulo Freire, 2010. 272p.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>DURANTE, Marta. Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artmed, 2009. 114p.</p> <p>LEAL, Telma Ferraz; LIMA, Maria do Socorro Martins; SOLANO, Luísa Maria Moreira. Ler para viver: alfabetização de jovens e adultos em discussão. Teresina, PI: PMT/UFPI, 1996. 172p.</p> <p>ROMAO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 160p.</p> <p>FERREIRO, Emília. Adultos não alfabetizados e suas conceptualizações do sistema de escrita. São Paulo, SP: Hucitec, 2012. 263p. (Coleção Educação, 5)</p> <p>JAPYASSU, Hilton F. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro, RJ: Imago Terra, 1975. 220p.</p>		

10. METODOLOGIA DE ENSINO

A concepção sobre conhecimento, educação e ensino é basilar para propiciar as condições de operacionalização do PPC. Nesse sentido, considerando que Pedagogia é a ciência que tem como objeto de estudo a educação e conseqüentemente o processo de ensino-aprendizagem, que constitui movimento sistemático da ação pedagógica que, em seu conjunto, inclui conteúdos, métodos, metodologias, atividades do professor e aluno, entre outros. Compreendê-los é *condição sine qua non* para consolidação da pedagogia como área de conhecimento.

A Pedagogia como ciência da educação tem interface com outras ciências humanas, uma vez que visa explicitar os elos entre a teoria educacional e as práticas pedagógicas. Nesse caso, o que ocorre na sala de aula não é um fluir espontâneo, embora a espontaneidade não lhe seja furtada, dada à imprevisibilidade do ensino. É algo orientado por conteúdo e forma de teor explícito e implícito com rigor teórico-metodológico.

O processo de ensinar e de aprender fundamenta-se em concepções filosóficas, sociológicas, psicológicas da condição existencial do ser humano, bem como da sociedade e da cultura relacionada à compreensão de formação, de docência e da produção didática do conhecimento. Assim, para situar a racionalidade pedagógica que deve pautar o pensar e o fazer dos professores e alunos do Curso de Pedagogia do Campus Ministro Petrônio Portella é necessário refletir criticamente acerca dos pressupostos e concepções subjacentes à prática educativa e suas manifestações de prática pedagógica, prática docente e práxis (BANDEIRA, 2014; IBIAPINA; FRANCO, 2008).

O processo ensino e aprendizagem se materializa na ação de favorecer o aprendizado de uma cultura e/ou na aquisição de conhecimentos em um contexto real e determinado, configurando-se em práxis transformadora. Como práxis, deixa de ser adaptação de condições determinadas pelo contexto para tornar-se crítica e criativa. Assim sendo, estimula o pensamento e ação dos agentes capacitando-o para intervir, o que supõe opção ética e prática moral, enfim, uma racionalidade.

Isso significa que pensar o processo de ensino e aprendizagem do Curso de Pedagogia implica definir os fins; os meios; os conteúdos; a função do professor; a compreensão de ensino, de aprendizagem, de pesquisa, de extensão, das formas de avaliação; bem como do entendimento da prática educativa e suas manifestações de prática pedagógica, prática docente e práxis.

Nessa perspectiva, é importante considerar a dimensão metodológica do curso, pois entendemos que a forma como se organiza o processo de ensino é tão educativo quanto os próprios conteúdos que veicula. E a organização metodológica constitui tarefa complexa, em específico quando assumimos como ponto central a ação emancipatória dos sujeitos envolvidos no processo formativo.

Desse modo, a produção do conhecimento científico a ser possibilitada pelo Curso de Pedagogia tomará como base os seguintes aspectos:

- Pensar o processo de ensino e aprendizagem enquanto processo dialético, considerando as dimensões subjetiva e relacional. Em outras palavras, significa compreender a aula como um encontro, uma dialética entre estudantes, conhecimentos e professores, pois, “[...] projetar uma ignorância absoluta sobre os outros é característica de uma ideologia de opressão. É uma negação da educação e do conhecimento como processo de procura [...]” (FREIRE, 1980, p.79). Nessa perspectiva, pressupõe-se, na aula, autonomia para problematizar, questionar, experimentar, decidir, organizar tempo e espaços que potencialize o processo de ensino e aprendizagem, no ambiente universitário em diálogo permanente com a escola de educação básica;

- Unidade ensino, pesquisa e extensão, permitindo ao estudantes e professores, no plano epistemológico, avançar na construção do seu conhecimento e, no plano político, fazer este conhecimento alterar a realidade concreta, gerando alternativas que favoreçam a sua recriação;

- Unidade teoria-prática ao longo do curso, como componente curricular presente em todas as disciplinas, assim como penetrando no cotidiano escolar, na práxis educativa, significa propor a vivência de situações reais inserindo o estudante no mundo do trabalho de modo a fomentar a formação de vínculo e corresponsabilidade com a realidade educacional na direção da formação ética, humana, política, social e estética. A ênfase no trabalho docente, como base da formação, é fonte da unidade teoria-prática, assumindo o estudo de Didáticas (geral e específicas), dos Estágios Supervisionados, da Pesquisa e dos Fundamentos da Educação como meio de produção do conhecimento e intervenção na prática social, propiciando a compreensão da totalidade do processo educativo;

- Trabalhar de forma interdisciplinar, por meio de atividades complementares e de extensão, pesquisa, aula de campo, entre outros, gerando conhecimentos do trabalho compartilhado interdisciplinar e mediado pela reflexão crítica, na intenção de romper com a cultura do isolamento ainda marcante nas instituições;

- Assegurar a diversificação de metodologias, a inovação dos processos pedagógicos e a interação com tecnologias da informação que auxiliem na construção do projeto formativo coletivo, crítico e emancipador, respaldadas nas seguintes ações: elaboração de projetos, estudos de caso, aulas de campo, estágio curricular supervisionado em espaços escolares e não-escolares, leitura seguida de debate, exposição oral de sínteses de leituras, entre outras. A diversificação dos procedimentos de ensino para atender diferenças cognitivas, culturais, sociais, entre outras, se configura como escolha político-pedagógica necessária para recriar novos processos que possibilitem gerar ensino e aprendizagem que ultrapasse a razão pedagógica conservadora instituída. Isso nos coloca diante da exigência de rompimento do trabalho isolado e, conseqüentemente, a referência de planejamento e ação compartilhada.

Diante do exposto, é função do aluno no processo de construção de conhecimento, assumir uma postura de curiosidade epistemológica, marcada pelo interessar-se por novas aprendizagens e desenvolver a capacidade de trabalhar coletivamente, atitudes de ética e de humanização, responsabilidade e espírito

crítico-reflexivo. Por sua vez, o papel do professor está condicionado a uma inteligibilidade ou a um saber-fazer que fomenta saberes que requer além de saberes éticos, morais e técnico-científicos, estéticos, lúdicos, artísticos e biossociais, saberes afetivos, interpessoais, pessoais, comunicacionais e dialógicos, inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo para que a relação estabelecida entre alunos e professores possa favorecer o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a metodologia do curso focará na articulação constante entre a teoria e a prática, universidade e sociedade, com atividades de reflexão dos conteúdos estudados no contexto da educação básica, com o desenvolvimento de pesquisas e de cursos, eventos e projetos de extensão e de intervenção na realidade escolar, entre outros.

Será utilizada, ainda, uma metodologia interdisciplinar e dialógica, possibilitando o diálogo entre as diversas áreas de conhecimento que permeiam a Pedagogia e a realidade contemporânea, com ênfase no uso de metodologias ativas e de tecnologias digitais e inovadoras que permitem os sujeitos do processo educativo serem ativos e interativos em diferentes contextos físicos e virtuais, vivenciarem práticas de ensino presencial e estabelecerem diálogo constante entre a equipe que compõe o PRIL/CEAD/UFPI, a rede PRIL UFPI/UESPI/UNICAP e a rede PRIL nacional.

A interdisciplinaridade também se efetivará através da elaboração e execução do Plano de Trabalho Integrado, envolvendo todas disciplinas e os respectivos professores de cada período letivo.

O curso será realizado com aulas presenciais aos finais de semana, atividades de campo e o desenvolvimento de projetos de intervenção e extensão durante a semana, podendo, a depender da necessidade, ter aulas durante a semana.

Como dito, o Curso inclui métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporam o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático específico para a mediação de docentes e profissionais da educação com formação e qualificação em nível compatível com o previsto no PPC e no plano de ensino das disciplinas.

Assim, neste PPC tais saberes assumem relevância social e política, posto que os professores, agindo como mediadores do conhecimento, podem desempenhar a função de orientadores, seja do processo de ensino e aprendizagem, situado na ecologia de sala de aula, no ambiente acadêmico ou nas instituições onde é realizado o estágio obrigatório, seja no acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Portanto, é função do professor criar as condições para produção do conhecimento por meio da reflexão crítica, valorizando o ensino, a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao desenvolvimento do profissional do magistério e da prática educativa.

12.3 Sistemáticas de avaliação

A proposta de avaliação do curso atende a uma exigência formal de caráter acadêmico e se impõe como necessidade política e pedagógica no sentido da contínua busca de aperfeiçoamento do trabalho pedagógico na direção de novas oportunidades de conhecimento. Para tanto, se constituirá num marco favorável à explicitação da unidade teoria-prática e ao diálogo entre alunos e professores com a finalidade de compreender os processos desenvolvidos na relação pedagógica e os resultados alcançados.

Fundamentada na concepção de avaliação como elemento propulsor de mudanças geradas a partir da vontade política de seus agentes e na proposta metodológica voltada para a construção de um diagnóstico emancipador. A avaliação será conduzida de modo a possibilitar à comunidade setorial a vivência de um processo contínuo de reflexão crítica a respeito do curso. Tomar-se-á a avaliação emancipatória como a referência teórico-metodológica mais compatível com os princípios defendidos pela proposta curricular, tendo em vista contribuir para análise do curso que se estará construindo enquanto práxis, buscando, assim, concretizar “[...] um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade visando transformá-la” (SAUL, 1988, p. 24).

Ao assumir a concepção de avaliação emancipatória como dispositivo mediador da prática avaliativa, pretende-se efetivar ações transformadoras no sentido de, não apenas dispor de dados sobre a dinâmica do curso, mas, sobretudo, qualificar a participação de cada sujeito envolvido no processo curricular. Esta opção implica, então, o comprometimento com os pressupostos teóricos da avaliação emancipatória, tais como: emancipação, decisão democrática, transformação crítica e crítica educativa e com a integração dos seguintes momentos: expressão e descrição da realidade, crítica do material expresso e criação coletiva.

As ações se desenvolverão, ao longo do processo avaliativo, a partir de dados iniciais de

expressão e descrição da realidade, considerando os alunos e os professores como interlocutores construtores da prática avaliativa, buscando desenvolver práxis no processo formativo, consequentemente produzindo identidade docente, bem como suscitar a reflexão sobre o significado social do Curso de Pedagogia no contexto regional e nacional.

10.1.1 Avaliação de aprendizagem do discente

Especificamente sobre a avaliação da aprendizagem, de acordo com a LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Assim, os componentes curriculares do curso preveem que as avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo mediante a utilização de vários instrumentos, tais como: trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; portfólio; relatórios; auto avaliação; provas escritas; provas dissertativas; provas práticas; trabalhos; apresentações de trabalhos; projetos interdisciplinares e outros. Cabe destacar, ocorrência de especificidades para alunos com necessidades educacionais especiais, conforme Resolução CEPEX/UFPI nº 54/2017.

Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor serão explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do Plano de Ensino da disciplina. Ao estudante, será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como etapa do processo de ensino e aprendizagem.

Sintetizando, a avaliação de aprendizagem será processual e diversificada, contemplando vários tipos e instrumentos avaliativos, podendo englobar: provas objetivas e subjetivas, atividades de campo, elaboração e execução de projetos de intervenção, seminários, trabalhos em grupo e em rede, resenhas, estudo de caso, entre outros instrumentos e levará em consideração os aspectos quantitativos e qualitativos, como participação, interesse, capacidade reflexiva, capacidade de uso de tecnologias digitais e de intervenção na realidade, principalmente escolar.

A avaliação incluirá proposição de oportunidades suplementares de aprendizagem para o aluno que evidenciar desempenho considerado insuficiente em uma atividade, fase ou conjunto de ações e iniciativas didático-pedagógicas, possibilitando-lhe a superação das dificuldades identificadas, sem prejuízo para a continuidade do processo de aprendizagem no respectivo componente curricular.

Nesse sentido, caberá ao professor de cada disciplina fazer o acompanhamento do desempenho dos discentes e elaborar atividades que possam ser desenvolvidas, até o final do período letivo, pelo aluno que teve desempenho insatisfatório, seja em relação à aprendizagem dos conteúdos, realização das atividades

ou frequência das aulas, objetivando a melhoria deste desempenho e minimizando as possibilidades de sua reprovação e/ou evasão no curso.

Estas atividades serão planejadas e executadas, conforme definição do professor e especificidade e natureza da disciplina. Caso o aluno não tenha conseguido um desempenho satisfatório, o professor poderá, ainda:

- Aproveitar o desempenho do aluno em alguma disciplina eletiva que ele tenha cursado, desde que esta disciplina eletiva atenda aos critérios definidos neste PPC e contemple conteúdos da disciplina em que teve desempenho insatisfatório;

- Elaborar, juntamente com os outros professores do semestre em que este aluno também apresentou desempenho insatisfatório nas suas disciplinas, uma atividade de suporte interdisciplinar, com vistas a sua recuperação ou aproveitar atividades planejadas no Plano de Trabalho Integrado.

Em último caso, a situação do aluno poderá ser discutida e avaliada pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento de discente (CAAD), constituída, a cada período letivo, pela Coordenação do Curso e professores do respectivo período. Caberá à CAAD avaliar a situação dos alunos com problemas de desempenho referente à aprendizagem e/ou frequência, a sua evolução durante o período letivo e decidir a respeito, com vistas a evitar problemas de reprovação e/ou evasão no curso.

Conforme Resolução 177/2012 da UFPI, para efeito de aprovação na disciplina, a frequência mínima exigida é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina e a menor média aprovativa é 7,0 (sete). O aluno que, finalizando todas as atividades avaliativas previstas no Plano de Ensino da disciplina e no Plano Integrado, não obtiver a média mínima de 7,0 (sete), submeter-se-á ao Exame Final da disciplina, a ser realizado no final do semestre letivo, conforme Calendário Acadêmico.

A nota final do desempenho do aluno na disciplina será feita mediante nota de zero a dez, expressa com até uma casa decimal após a vírgula, sendo considerado **aprovado** o aluno que obtiver, após o Exame Final, média igual ou superior a **6,0 (seis)**.

10.1.2 Avaliação do Curso e Currículo

O Projeto Pedagógico (PPC) do Curso e sua execução passarão por permanente avaliação, com vistas a identificar falhas e defasagens nos diferentes componentes curriculares a verificar se, e em que medida, os objetivos e metas do curso propostos foram alcançados, assim como conhecer os pontos fortes e fracos, os limites e as potencialidades do curso e do Programa PRIL.

A avaliação do curso e currículo ocorrerá através de três etapas, articuladas entre si e assim denominadas: descrição da realidade, crítica da realidade e criação coletiva.

A descrição da realidade consiste na observação e registro das situações que, no decorrer do curso, forem sendo identificadas como aspectos positivos e negativos, dificuldades, falhas no

currículo e demais situações avaliadas como problemáticas para o curso. Nesta fase, devem ser coletadas todas as informações consideradas importantes para o processo avaliativo através, principalmente, de dois procedimentos de coleta de dados: a análise documental e a história oral.

A análise documental permitirá detectar os aspectos negativos e positivos do plano curricular, dos planos de ensino dos professores, das normas de desenvolvimento do curso, da documentação da matrícula e controle acadêmico dos alunos vinculados ao processo de execução do currículo. Destarte, a história oral constitui instrumento que favorecerá o registro dos depoimentos de professores e alunos que expressem opiniões e críticas sobre o curso.

A etapa referente à crítica da realidade consistirá na socialização das informações levantadas na etapa de descrição da realidade, buscando explicitar as defasagens, erros e acertos identificados no desenvolvimento do currículo. Os procedimentos a serem adotados nesta etapa avaliativa são os encontros pedagógicos com professores; com professores e alunos; com professores e alunos egressos. Tais encontros devem acontecer periodicamente, a fim de que as falhas e dificuldades identificadas no curso tenham condições de serem redimensionadas ainda no seu processo de desenvolvimento.

A etapa de criação coletiva ocorrerá simultaneamente com a crítica da realidade, constituindo-se de discussão de propostas de ação e tomada de decisões com vistas à compreensão dos problemas identificados na vivência da realidade escolar, resultando na melhoria e aperfeiçoamento do currículo. Os resultados dos encontros pedagógicos serão registrados em relatórios, que constituirão o acervo de informações básicas para o desenvolvimento do currículo.

O processo avaliativo será concretizado através da execução permanente dessas três etapas e deverá ser realizado por uma comissão constituída para este fim sob a coordenação do Colegiado do Curso de Pedagogia do CMPP.

No processo avaliativo do currículo de Pedagogia diferentes níveis de avaliação devem ser considerados:

- Avaliação em nível de cada disciplina: isto significa que professores e alunos farão sistematicamente a avaliação dos programas de ensino, dos procedimentos de ensino e recursos didáticos utilizados, dos mecanismos de avaliação de aprendizagem adotados a fim de diagnosticarem aspectos que devem ser modificados ou aperfeiçoados. O espaço apropriado para este nível de avaliação é a sala de aula, durante o desenvolvimento da disciplina, sendo registrados os seus resultados e encaminhados para a Coordenação Pedagógica do Cursos PRIL e para o Colegiado do Curso que os terão como subsídios a serem articulados com os resultados dos outros níveis de avaliação;
- Avaliação em nível das disciplinas do mesmo semestre curricular: tem como espaço apropriado os encontros pedagógicos de professores, juntamente com a Coordenação do Curso e a Coordenação dos Cursos de Licenciatura PRIL/CEAD/UFPI, no início e no

final do período letivo e, objetiva particularmente a discussão coletiva dos mecanismos de integração das disciplinas do semestre e/ou do Núcleo Formativo com vistas à concretização dos princípios curriculares;

- Avaliação global do currículo: os espaços apropriados serão os seminários semestrais ou encontros de culminância com a participação de coordenadores, professores e alunos, Desta avaliação deverão surgir propostas para as alterações necessárias ao aperfeiçoamento do currículo, bem como a melhoria da formação do pedagogo, no curso PRIL/CEAD/UFPI.

Em síntese, o planejamento e a implementação do projeto do curso, assim como seu desenvolvimento, será avaliado, objetivando analisar as condições de ensino-aprendizagem dos estudantes, desde a adequação do currículo e a organização didático-pedagógica até as instalações físicas. Para tanto, será assegurada a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo, e outras possíveis representações vinculadas à rede PRIL.

10.1.3 Avaliação e acompanhamento do monitoramento de permanência do (da) discente.

A fim de garantir a avaliação, o acompanhamento e monitoramento da permanência dos (as) discentes do Curso de Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares, a gestão acadêmica do curso prevê a realização das seguintes ações coletivas:

- 9.2.1.1 Incentivar o desenvolvimento de atividades científicas, artístico-culturais e desportivas com a participação dos discentes;
- 9.2.1.2 Ampliar os canais de comunicação e acompanhamento sistemático dos discentes;
- 9.2.1.3 Promover o nivelamento dos estudantes ingressantes durante todo o primeiro período letivo (semestral/anual);
- 9.2.1.4 Monitorar sistematicamente o desempenho acadêmico dos discentes nas disciplinas a cada final de período para evitar a evasão do curso;
- 9.2.1.5 Implementar, ampliar e fortalecer programas contínuos de recepção, acolhimento, integração e orientação aos estudantes, sendo distribuídos ao longo do primeiro semestre de todos os cursos com continuidade pelos semestres seguintes, sempre envolvendo os discentes ingressantes e veteranos;
- 9.2.1.6 Ampliar os espaços de estudo nas áreas externas e internas do centro com mesas grandes, cadeiras e rede wi-fi em bom estado de funcionamento a fim de garantir mais atividades

coletivas integradoras entre os discentes;

- 9.2.1.7 Dialogar com os docentes para a identificação dos discentes com mais necessidade de acompanhamento e inclusão;
- 9.2.1.8 Incentivar ações de inovação tecnológica e empreendedorismo para que os discentes se motivem a continuar no curso;
- 9.2.1.9 Apoiar e ampliar a participação do maior número de estudantes em eventos técnicos, científicos, de extensão e de assuntos estudantis dentro e fora do estado.
- 9.2.1.10 Garantir o funcionamento nos três turnos dos setores que trabalham com atendimento a discente, como coordenação, secretaria, programas e projetos.
- 9.2.1.11 Identificar os discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica do curso com maior necessidade de apoio para sua inclusão nos programas de assistência estudantil.

10.1.4 Articulação com a Pós-Graduação

A articulação do curso de Pedagogia com a Pós-graduação em educação na UFPI acontece pela mediação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – PPGED. O Programa de Pós-graduação em Educação da UFPI, nota 5 na avaliação da CAPES, oferece cursos de mestrado e doutorado em educação. O programa sediado no prédio do Centro de Ciências da Educação – CCE tem seu corpo docente constituído pelos docentes do curso de Pedagogia lotados nos departamentos de Fundamentos da Educação e Métodos e Técnicas de Ensino, ambos vinculados ao curso de Pedagogia. O PPGEd desenvolve atividades acadêmicas com a participação dos graduandos em Pedagogia garantindo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Os Núcleos que constituem as 5 (cinco) linhas de pesquisa do programa de pós-graduação tem entre seus integrantes os estudantes de graduação em Pedagogia. Além disso, a UFPI atua no incentivo à pesquisa na graduação por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica concedendo bolsas de incentivo à pesquisa, organização de seminário anual de iniciação científica com a premiação dos melhores trabalhos. Incentiva, ainda, a extensão, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX/PREXC) e da realização do Seminário anual de Extensão (SEMEX), com premiações dos melhores trabalhos realizados pelos graduandos sob a coordenação de um docente.

Considerando que o graduando do curso de Pedagogia do PRIL necessita cumprir uma carga horária de ACE (330h), poderá participar da execução de um projeto de extensão proposto por um dos núcleos de pesquisa do PPGED ou de qualquer outro Programa de Pós-Graduação, poderá concorrer ao PIBEX ou apresentar trabalhos de extensão no SEMEX, garantindo, assim, a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão tão necessária para o desenvolvimento de, entre outras competências, às relativas à responsabilidade social, que é um dos objetivos do PRIL.

11. INFRAESTRUTURA

11.1 Recursos humanos

Os professores serão selecionados para atuar no curso de pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRIL, por meio de edital. Para concorrer às vagas disponíveis no edital, os docentes poderão ser vinculados aos dois departamentos do Centro de Ciências de Educação: Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE) e Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE), ou poderão comprovar vínculo efetivo com a rede pública de ensino da Educação Básica, com graduação em licenciaturas e titulação mínima de mestrado em educação. Serão selecionados, preferencialmente, os docentes vinculados aos departamentos DEFE e DMTE com atuação no programa de pós-graduação em Educação da UFPI.

11.2 Infraestrutura física e tecnológica

O curso funcionará de forma presencial e será oferecido aos discentes nas cidades de Teresina - PI, Floriano- PI e Pedro II – PI. Para isso, conta com estrutura física e tecnológica para o atendimento dos discentes de forma presencial e também a distância (caso seja necessário). Nesse contexto, a Universidade Federal do Piauí disponibiliza, por meio do Centro de Ciências da Educação, uma infraestrutura física e administrativa e de programas especiais, necessários e capazes de garantir formação devidamente qualificada para o acesso, gestão e permanência dos discentes do Curso de Pedagogia.

Em relação a infraestrutura física, o curso contará com a Coordenação do Núcleo de Teresina, no Centro de Ciências da Educação, no qual se encontra vinculada a um arcabouço administrativo, constituído pela Coordenação do Curso de Pedagogia PRIL, com o apoio do Departamentos de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE) e de Fundamentos da Educação (DEFE), o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) com 20 Núcleos e/ou Grupos de Pesquisa formados por professores dos Departamentos com acesso livre aos estudantes do Curso de Pedagogia para ampliarem sua formação.

Os espaços administrativos são organizados na Coordenação do curso com sede em Teresina – PI, localizada no Centro de Ciências da Educação – CCE, com uma sala onde funciona a chefia e coordenação do Curso de Pedagogia PRIL; a Direção de Centro de Ciências da Educação possui sala de recepção, chefia, copa-cozinha e sala do Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI).

Em cada pólo o Curso conta com uma sala fixa para o Curso de Pedagogia PRIL, situadas nos Departamentos de Educação. Portanto, o curso conta com três salas fixas (uma no CCE, localizada no

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella Bairro Ininga - Teresina - PI, uma na Coordenação do Curso de Pedagogia no Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) em Floriano – PI e uma no Instituto Federal do Piauí - IFPI de Pedro II). Além de outros espaços, como: banheiros comuns e banheiros para uso de cadeirantes; ampla área de estacionamento de carros, motos e bicicletário.

11.3 Salas de aulas

Os espaços didáticos-pedagógicos contam com 13 salas de aula; 40 gabinetes coletivos para professores; uma sala de vídeo com 60 lugares; uma biblioteca setorial e uma central; um Laboratório de Informática da Graduação (LIG); uma Brinquedoteca (Espaço "Peter Pan") que funciona como laboratório com jogos, brinquedos, acervo de livros infantis e materiais lúdicos de uso permanente; um auditório denominado Salomé Cabral com 102 lugares; uma sala para coordenação do Estágio Supervisionado Obrigatório e de professores do quadro temporário; uma sala destinada para projetos diversos, conforme necessidades dos professores. O curso conta ainda com várias áreas abertas de uso compartilhado, como: a praça de alimentação, praça da coruja, praça do cajueiro, espaço interno do mesão, espaço interno próximo ao auditório.

11.4 Laboratórios destinados ao curso

Na perspectiva de garantir uma formação articulada com o campo de trabalho e que possa responder às exigências da atualidade, incluindo-se neste particular o contexto das novas tecnologias da comunicação e da informação, o Curso de Pedagogia da UFPI no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares conta com laboratórios e espaços onde podem ser desenvolvidas aulas e demais atividades voltadas para o aluno, a fim de garantir ao futuro pedagogo elementos necessários ao domínio dos conhecimentos de sua formação e atuação profissional, bem como, mais especificamente, os domínios das novas tecnologias aplicadas ao processo educacional. Além dos laboratórios físicos, o curso conta ainda com a estrutura de laboratórios do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da UFPI.

O aspecto da aplicabilidade, ou seja, da concretização da relação orgânica teórica com a prática, princípio basilar desse currículo, terá, necessariamente, no campo de pesquisa, estágio e atuação do futuro profissional – a escola, o mais importante espaço de execução dessa proposta de formação. Assim, tanto o laboratório propriamente dito quanto a escola compõem os espaços privilegiados dessa articulação. Especificamente o Curso de Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares contará com o Laboratório de Informática da Graduação Prof. Luís Pereira de Sousa, destinado ao desenvolvimento de atividades

propiciadoras da articulação entre as novas tecnologias da comunicação e informação e o campo da educação, onde, além das aulas, os estudantes poderão fazer seus trabalhos acadêmicos.

11.5 Biblioteca setorial

A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação – BS/CCE está instalada no prédio do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, mas pertencente à dependência administrativa do Centro de Ciências da Educação – CCE e tecnicamente à Biblioteca Jornalista Carlos Castelo Branco. A biblioteca disponibiliza um acervo nas áreas de pedagogia, educação do campo, música, comunicação social e artes visuais servindo de suporte ao ensino, pesquisa e extensão desenvolvido no Centro. Possui um acervo de 5756 títulos, totalizando 13432 exemplares. Área construída: 190,97 metros quadrados. Funciona de segunda a sexta-feira em atendimento ao público nos três turnos.

O curso contará com a infraestrutura da Biblioteca Central da UFPI e das Bibliotecas Setoriais do Núcleo de Picos- PI, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros e do Núcleo de Pedro II – PI, no Instituto Federal do Piauí. O Curso de Pedagogia do PRIL está vinculado ao CEAD e conta com toda a sua infraestrutura tecnológica.

Recursos Materiais e Auxílio Financeiro

A implantação do curso de Pedagogia integrado ao Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares conta com fomento que consiste na concessão de recursos de custeio e, eventualmente, capital, por meio do edital nº 35, de 21 de junho de 2021. Face ao exposto, o curso de Pedagogia previsto neste projeto espera contar com o orçamento anula de 1.000.000,00 (um milhão) para suas despesas relativas às atividades previstas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas do curso. Além desse orçamento, a UFPI se responsabilizará pela implementação, pagamento e monitoramento das bolsas de residência docente.

PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Esse projeto será implantado no primeiro semestre de 2022 com a entrada dos estudantes por meio das notas do ENEM e seleção de professores da educação básica por meio de edital. Os cursos de Pedagoiga PRIL funcionarão de forma presencial e híbrida e será oferecido aos docentes nas cidades de Teresina- PI, Floriano – PI e Pedro II.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Marli (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2001.
- BANDEIRA, Hilda Maria Martins; IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. Prática educativa: entre o essencialismo e a práxis. **Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade**, v. 23, n. 42, p. 107-117, jul./dez. 2014. Disponível em: www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/download/1031/711. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BRASIL. **lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9.394.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 04, de 15 de maio de 2006**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 02, de 22 de dezembro de 2017** (Base Nacional Comum Curricular – BNCC). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acessado em 15 abr. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, 2019.
- CARVALHO, Adalberto Dias de. **Epistemologia das ciências da educação**. Porto: Afrontamento, 1988.
- CARVALHO, Antonia Dalva. As racionalidades pedagógicas da formação docente: **Tese de Doutorado**. UFC, 2007.
- DEWEY, J. **Vida e educação**. São Paulo: Edições melhoramentos, 1973.
- ESTRELA, Albano. **Psicologia, ciência da educação?** Porto: Porto Editora, 1992.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FRANCO. **Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v97n247/2176-6681-rbeped-97-247-00534.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2021.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A questão da interdisciplinaridade**: notas para reformulação dos cursos de Pedagogia, **Educação e Sociedade**: São Paulo, n. 33, p. 105-131, agosto, 1989.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papirus, 1995.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Em direção a uma política para formação dos professores. **Em Aberto**, Brasília, n. 12 n. 54, p. 03-22, abr./jun. 1992.
- GATTI, Bernadete. A identidade do pedagogo. In: **Educação e Companhia**. Teresina. PI. V.5 jan./dez. 1993.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação e razão histórica**. São Paulo: Cortez, 1994.
- GIMENO SACRISTÁN J. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática. In: GIMENO SACRISTÁN J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000, p. 119-148.
- GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.
- GIROUX, Henry; McLAREN, Peter. Formação do professor como uma esfera contra-pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: MOREIRA,
- HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, Antonio (Org.). **Vidas de profissionais**. Porto: Porto Editora, 1992. p. 31-61.
- LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa, Portugal: Horizonte Universitário, 1978.
- LIBÂNEO, José Carlos. O ato pedagógico em questão: o que é preciso saber. **Inter-Ação**, Goiânia, u.17, n.1/2, p.111-125, jan./dez. 1993.
- LIBÂNEO, José Carlos.. Que destino os educadores darão à Pedagogia? In: PIMENTA, S. G. **Pedagogia, ciências da educação?** São Paulo; Cortez, 1996. p. 107-134.
- UDKE, Menga. A pesquisa na formação do professor. **Anais do VII ENDIPE**, Goiânia, v.2, 1994, p. 297-303.
- LUDKE, Menga. Avaliação institucional: formação de docentes para o ensino fundamental emédio. **Cadernos CRUB**, Brasília, u.1, n.04, setembro. 1994.
- MACHADO, Hercília de S. Mudanças na ciência e tecnologia e a formação geral frente à democratização da escola. **Anais do VII ENDIPE**, Goiânia, v.2, 1994, p.446-452.
- MARIN, Alda J. A construção do conhecimento sobre o trabalho docente e a Didática em suas várias feições. **Anais do VII ENDIPE**, Goiânia, v.2, 1994, p.132-143.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro, 2002.

MAZZOTTI, Tasso B. A pedagogia – como ciência da prática educativa. **Anais do VII ENDIPE**, Goiânia, v.2, 1994, p.124-131.

MAZZOTTI, Tasso. Estatuto de cientificidade de Pedagogia. In: PIMENTA, Selma G.(cood,). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1996. p13-18.

MOREIRA, Antonio Flávio; TADEU, Tomaz (Orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**.São Paulo: Cortez, 1994.

MOREIRA, Antonio Flávio. Neoliberalismo, currículo nacional e avaliação. In: SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis de. (Orgs.). **Reestruturação Curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis, RS. Vozes, 1995. p.94-107.

MOREIRA, Antonio Flávio. O currículo como política cultural e a formação docente. In: SILVA, Tomaz Tadeu de.; MOREIRA, Antonio Flávio. (Orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**, Petrópolis, RS. Vozes, 1995. p.7-20.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antonio (Coord.). **Os professores e a sua formação** Lisboa: D. Quixote, 1992.p.15-34.

NÓVOA, Antonio. As ciências da educação e os processos de mudança. In: PIMENTA, Selma G. **Pedagogia, ciências da educação?** São Paulo: Cortez, 1996. p. 71-106.

PIMENTA, Selma Garrido. formação de professores: identidade. RONCA, Antonio Carlos C. A identidade do pedagogo e a questão da divisão do trabalho na escola. In: INEP. **Formação do educador a busca da identidade do curso de Pedagogia**. Brasília, INEP, 1987. p.23-27.

SARAIVA, Tayná da Cunha. **Meta-análise qualitativa: forma e conteúdo do TCC do Curso de Pedagogia da UFPI do ano de 2016**. Monografia de Licenciatura em Pedagogia da UFPI, 2017, 55 f.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez, 1988.

VEIGA, Ilma Passos Alecastro. (Org). Projeto **Político Pedagógico: uma construção possível**. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins fontes, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **Sete aulas de Vigotski sobre os fundamentos da Pedagogia**. Organização e tradução: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da UFPI, na modalidade de ensino presencial, regido pelo Edital n. 35, de 21 de junho de 2021, busca consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, com a Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019, pela Lei nº 11.788, de 25/09/2008 e pela Resolução CEPEX/UFPI nº 664/2024.

PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da UFPI observará os seguintes princípios:

- I. Unidade entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias entre essas dimensões;
- II. Parceria entre a universidade e as instituições co-formadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos, responsáveis pelo acompanhamento das atividades de estágio;
- III. Concretização de experiências de práticas pedagógicas que contemplem o planejamento, a ação/reflexão/ação;
- IV. Articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da educação básica.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

- I. Observar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídas no processo do curso;
- II. Vivenciar situações de elaboração, execução e avaliação de atividades na área específica de seu estágio;
- III. Analisar criticamente as condições observadas com base nos conhecimentos adquiridos, identificando problemas, refletindo sobre eles e propondo estratégias de intervenção no contexto da educação básica.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

- I. proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;
- II. dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;
- III. existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

§ único. O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

5º. A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da UFPI envolve:

- I. Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- II. Coordenação de Estágio Supervisionado;
- III. Professor Orientador de Estágio;
- IV. Supervisor de campo;
- V. Estudante Estagiário.

I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG;

Art. 6º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- a) Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na UFPI;
- b) Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;
- c) Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- d) Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- e) Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da UFPI:

- I. Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- II. Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- III. Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- IV. Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- V. Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- VI. Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- VII. Realizar Seminário de Integração dos Estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas.
- VIII. Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- VIII. Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 7º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado deverá ser um (a) professor (a) selecionado por meio de Edital relacionado ao Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da UFPI, sendo responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do (da) discente durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar os estagiários simultaneamente, por turma;
- b) Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do Curso, a programação semestral de estágios;
- c) Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de ensino e nos relatórios de estágio;
- d) Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- e) Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- f) Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade.
- g) Organizar e participar do Seminário de Integração dos Estágios, juntamente com o Coordenador de Estágio e supervisores de campo, como socialização das experiências vivenciadas.

IV- SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 8º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar os estagiários;
- b) Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI.

V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 9º São atribuições do estudante estagiário:

- a) Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- c) Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- d) apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- e) Comparecer aos encontros com o professor orientador;
- f) Apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 10 O estágio curricular supervisionado deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

Parágrafo único: A carga horária do estágio curricular supervisionado será distribuída em 4 (quatro) estágios. Sendo:

- Estágio Supervisionado I - Observação do Tempo/espaço nos anos iniciais do ensino Fundamental. Realidade dos espaços escolares e sua organização educativa; o trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental em espaços escolares. (75h)
 - Estágio Supervisionado II – Observação do Tempo/espaço no no 1º ano do Ensino fundamental. anos iniciais d ano Regências orientadas e supervisionadas no 1º ano do Ensino fundamental/espacos escolares. (90H)
 - Estágio Supervisionado III - Observação do Tempo/espaço nos anos iniciais do ensino Fundamental/2º e 3º ano. Regências orientadas e supervisionadas nos anos iniciais do Ensino fundamental/2º e 3º ano. (120)
 - Estágio Supervisionado IV - Observação do Tempo/espaço nos anos iniciais do ensino Fundamental/4º e 5º ano. Regências orientadas e supervisionadas nos anos iniciais do Ensino fundamental/4º e 5º ano. (120)
- a) Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;

b) Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;

c) Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

Parágrafo único: o discente que exerça atividade docente regular na educação básica poderá ter redução da carga horária do estágio supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas, conforme a **CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019**.

AVALIAÇÃO

Art. 11 A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da UFPI, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 12 A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art.13 Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

I. A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;

II. A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;

III. Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Art. 14 Os estagiários que exercem atividade de docência regular e comprovada na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 50% (cinquenta por cento) horas do estágio curricular supervisionado na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido (que deverá ser protocolado no Protocolo Geral da UFPI) e a emissão de parecer (por professor da área) que deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso de Pedagogia PRIL e à Câmara de Ensino- CAMEN.

ESTRÁTEGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – PRIL COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 15 Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de licenciatura em Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da UFPI deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, a fim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;
- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de em Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da UFPI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO II

REGULAMENTOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

FUNDAMENTOS LEGAIS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Ministro Petrônio Portella, tem sua base legal pautada no Projeto Pedagógico do Curso e na Resolução 177/2012 — CEPEX. Seguem abaixo excertos destas disposições legais, as quais tratam do Trabalho de Conclusão do Curso:

RESOLUÇÃO 177/2012 – CEPEX

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

SEÇÃO V

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 89. O trabalho de conclusão de curso corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação, e tem sua regulamentação em cada colegiado de curso, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado de curso.

Art. 90. O trabalho de conclusão de curso poderá ser desenvolvido individualmente ou em grupo de até 3 (três) alunos, de acordo com o previsto no PPC, sob a orientação de um professor designado para esse fim.

Parágrafo único. Cada professor poderá orientar no máximo 5 (cinco) Trabalhos de Conclusão de Curso por semestre.

Art. 91. O projeto pedagógico deve definir a carga horária discente e do docente-orientador para o trabalho de conclusão de curso, sendo que esta última deverá ser no máximo $\frac{1}{4}$ (um quarto) por daquela definida para o discente por trabalho.

PROJETO PEDAGÓGICO – CURSO DE PEDAGOGIA PRIL MODALIDADE LICENCIATURA

1. Do conceito:

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória presente na matriz curricular do Curso de Pedagogia e totaliza 90 horas/aula. O TCC deve ser realizado no final dos dois últimos períodos do curso, isto é, no 7º (sétimo) e no 8º (oitavo) períodos, sob a orientação de um professor do Curso de Pedagogia da UFPI que esteja atuando no âmbito do Programa

Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL /CEAD da Universidade Federal do Piauí. O TCC deve possibilitar aprofundamento do discente em um tema específico relacionado aos conteúdos estudados explorados ao longo do Curso. O TCC deve proporcionar ao (a) discente a imersão na pesquisa científica e prática social a fim de que os discentes desenvolvam trabalhos relevantes para a universidade e sociedade de forma integrada.

O TCC deve obedecer rigorosamente às normas atualizadas de produção de trabalho científico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), devendo ser apresentado publicamente e avaliado por uma banca composta de três professores: 1) o orientador do trabalho; 2) um professor da Coordenação do Curso de Pedagogia; e 3) um professor, de preferência, de outro Departamento/Coordenação ou de outra Instituição de Ensino Superior (IES).

2. Trabalho de Conclusão de Curso: outras propostas

O Trabalho de Conclusão de Curso também poderá ser desenvolvido em formato de artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado de curso.

3. Dos objetivos:

- Possibilitar aos discentes do Curso de Pedagogia – PRIL/UFPI o desenvolvimento da produção acadêmica que expresse as aprendizagens e habilidades desenvolvidas no seu campo de atuação profissional, bem como os conhecimentos produzidos no decorrer do curso;
- Conceituar os (as) discentes no que diz respeito à natureza e dinâmica das atividades da comunidade científica na área da Pedagogia;
- Promover reflexão crítica sobre os desafios, saberes e fazeres relacionados ao campo da educação e da responsabilidade social por meio da pesquisa.

4. Do papel do (a) professor (a) orientador (a):

A escolha do professor orientador deve ser realizada sob o consentimento do professor e do coordenador, tendo em vista que os docentes não podem extrapolar o número de cinco (5) orientandos (Cf. Resolução 177/2012 – CEPEX). O TCC deverá ser elaborado pelo (a) discente sob a orientação de um (a) professor (a) do Curso de Pedagogia – PRIL/UFPI que terá como incumbência:

- I. Assinar Termo de Compromisso de Orientação que será emitido pela Coordenação do Curso para cada orientação;
- II. Obedecer à carga horária destinada para Orientação do TCC conforme a matriz curricular do Curso podendo atender seu (s) orientando(s) em horários previamente fixados;
- III. Apresentar Cronograma de Atividades para os discentes no início das Disciplinas de TCC I e TCC II;
- IV. Apoiar os discentes na produção do TCC durante todo processo de orientação, disponibilizando material de base acadêmica e científica, bem como orientando os

- discentes em relação à exploração de diferentes fontes e referências bibliográficas disponíveis;
- V. Preencher e entregar à Coordenação o formulário de avaliação do TCC, relativo à apresentação escrita;
 - VI. Propor, juntamente com o discente e com o Coordenador do Curso, a formação das Bancas Examinadoras.
 - VII. Participar como presidente de Banca dos seus orientandos e organizar a agenda da Defesa junto à Banca Examinadora;
 - VIII. Elaborar uma Ata de Defesa, junto à banca examinadora como prova documental da Defesa Pública do Trabalho e entregá-la à Coordenação ao final da sessão de apresentação;
 - IX. Orientar o discente, após a defesa, sobre as observações feitas pela Banca examinadora a fim de melhorar o TCC, bem como se orientar o discente para entrega do mesmo, após a defesa do TCC;
 - X. Receber o TCC, juntamente com o Coordenado do Curso, em sua forma final e definitiva, com ficha catalográfica, para divulgação em internet e arquivamento no banco de dados da Coordenação do Curso de Pedagogia PRIL e na Biblioteca Central Carlos Castello Branco / UFPI.

5. Sobre a entrega do TCC à Banca Examinadora

O TCC deverá ser entregue à Banca Examinadora com pelo menos 10 dias de antecedência em relação à data aceita para sua apresentação, preferencialmente de forma impressa original em três cópias.

Até cinco dias antes da data prevista de apresentação à Banca Examinadora, o orientador preencherá o formulário de avaliação da apresentação escrita do TCC que será emitido pela Coordenação do Curso e o encaminhará à Coordenação para que seja confirmada a Defesa Pública.

6. Dos Requisitos do TCC

- A versão final do TCC, para que esteja apta à apresentação pública, deverá ter o aval do orientador, o qual, por meio do preenchimento do formulário, solicitará a apreciação e aprovação do Trabalho à uma Banca Examinadora.
- O TCC deverá ser entregue, preferencialmente de forma impressa, em 03 (três) vias encadernadas em espiral para a Comissão, no prazo determinado pela Coordenação do Curso;
- A apresentação pública oral e a defesa do TCC seguirão o calendário definido e divulgado pela Coordenação do Curso.
- O processo de apresentação oral e a defesa obedecerão às seguintes normas:
 - I – concessão de vinte minutos ininterruptos para apresentação oral do TCC pelo orientando;

II – concessão de vinte (20) minutos a cada componente da Banca Examinadora para arguições e respostas do(s) orientando(s);

III- A necessidade de tréplica ficará sob a decisão do Presidente da Banca.

Outras providências:

- No caso de TCC realizado por um grupo de alunos nos moldes que dispõe este regulamento, a apresentação deverá ser feita pelos alunos do grupo, cabendo a cada um metade do tempo alocado. O processo de defesa do TCC, incluindo sua arguição, será de responsabilidade de todos os integrantes. A nota de avaliação da banca será atribuída, por igual, a todos os membros do grupo, não cabendo recurso individual.
- No caso de impedimento devidamente justificado, o presidente da Banca Examinadora fixará nova data de apresentação, observando o prazo determinado pela Comissão.
- No caso de ocorrências excepcionais no decorrer da apresentação do trabalho, o presidente da Banca Examinadora poderá suspender a sessão, fixando, se necessário, nova data para a apresentação, observando o prazo determinado pela Comissão.
- Caso o aluno não entregue o TCC no prazo determinado pela Comissão ou o trabalho seja reprovado pela Banca Examinadora, ele deverá inscrever-se novamente na disciplina TCC II no período seguinte. O professor orientador ou a Banca Examinadora têm a prerrogativa de reprovar o TCC se assim julgar pertinente.

ANEXO III

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO – ACE

As Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Pedagogia no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da Universidade Federal do Piauí, obedecerão criteriosamente o que está exposto na Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição.

Considerando as Resoluções citadas, As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do Curso de Pedagogia PRIL seguirão as seguintes normativas:

- 1) As ACEs deverão promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com os diferentes segmentos sociais, troca de conhecimentos, vivências interprofissionais e interdisciplinar e conhecimento e comprometimento com as demandas sociais e da educação básica, através de ações interventivas;
- 2) Os alunos do Curso de Pedagogia PRIL deverão integralizar, até o 8º semestre, **330 horas** de Atividades Curriculares de Extensão – ACEs, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia;
- 3) O Curso terá um Coordenador de Extensão que fará o acompanhamento na oferta, execução e integralização das ACEs, buscando alternativas para os problemas surgidos no processo, conforme as atribuições definidas na Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI (§ 3, art. 2);
- 4) As atividades de extensão para serem integralizadas como ACEs deverão:
 - 3.1 Serem cadastradas na PREXC nas seguintes modalidades: programa de extensão, projetos de extensão, cursos de extensão, eventos de extensão ou prestação de serviços à comunidade externa e/ou atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto

de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas com ACE.

3.2 Serem desenvolvidas presencialmente;

3.3 Terem os alunos como executores, sob a coordenação de docentes;

- 5) A Coordenação do curso de Pedagogia PRIL oferecerá obrigatoriamente, a cada semestre (com exceção do primeiro) no mínimo, uma ACE, conforme resolução vigente;
- 6) As ACEs a serem ofertadas pela Coordenação do Curso contemplarão o perfil do profissional que o curso objetiva formar, garantindo a interdisciplinaridade e interprofissionalidade do curso, tendo suas voltadas para os seguintes Eixos Temáticos:
 - Ética e Cidadania;
 - Inovação tecnológica;
 - Inclusão socioeducacional;
 - Empreendedorismo;
 - Políticas educacionais;
 - Práticas educativas;
 - Diversidade e educação.
- 7) Os alunos não serão obrigados a participarem das ACEs ofertadas pela Coordenação, podendo participar de outras atividades de extensão propostas por outros cursos ou órgãos da UFPI, desde que elas sejam presenciais, estejam cadastradas na PREXC e abordem os eixos temáticos definidos neste PPC;
- 8) As atividades de extensão realizada pelos alunos em outras Instituições de Ensino Superior poderão ser aproveitadas como ACEs desde que:
 - 7.1 As atividades desenvolvidas contemplem um dos eixos temáticos definidos no item 5 deste Regulamento;
 - 7.2 As atividades tenham sido desenvolvidas presencialmente e o discente tenha sido um dos seus executores;
 - 7.3 O discente solicite o aproveitamento, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, via processo até um ano antes da previsão para a conclusão do curso;

7.4 O processo esteja instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida, devendo ser assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração de atividade executada.

- 9) Nos casos de transferência interna ou mudança de curso dentro da UFPI, o discente poderá solicitar, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, o aproveitamentos das ACEs já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem, o qual será concedido conforme o Art. 17 da Resolução;

- 10) A integralização das ACEs no Curso de Pedagogia PRIL iniciará no segundo semestre do curso, considerando as etapas previstas no artigo 9º da Resolução 053/2019 – CEPEX/UFPI.

ANEXO IV

RELATÓRIO DA INDICAÇÃO DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CURSO DE PEDAGOGIA PRIL/UFPI

CONSIDERAÇÕES SOBRE A BIBLIOGRAFIA INDICADA

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da Universidade Federal do Piauí, no uso de suas atribuições Regulamentares e Regimentais, apresenta as definições e referendo a respeito da indicação sobre o acervo bibliográfico do curso.

- 1) Os livros da bibliografia básica, previstos no PPC do curso de Pedagogia PRIL estão à disposição na biblioteca, tombados junto ao patrimônio da IES. O acervo está informatizado e atende às necessidades do curso no tocante as características acadêmicas pedagógicas;
- 2) O acervo possui contrato disponível nas bibliotecas: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB) da Universidade Federal do Piauí e na Biblioteca Setorial do CCE da Universidade Federal do Piauí;
- 3) O acervo bibliográfico básico e complementar é adequado e atualizado aos componentes curriculares descritos no PPC do Curso de Pedagogia, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL/UFPI;
- 4) O acervo bibliográfico físico e complementar é adequado em relação ao número de vagas (autorizadas/reconhecidas) quantidade de exemplares para o Curso de Pedagogia PRIL e de outros cursos que utilizam os títulos;
- 5) A instituição garante acesso ao acervo bibliográfico básico/complementar virtual tanto no ambiente interno com instalações e recursos tecnológicos que atende a demanda, sendo ofertado de forma ininterrupta via internet. Aos portadores de deficiência disponibiliza ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB) da Universidade Federal do Piauí;
- 6) Há garantia, em relação ao acervo virtual da quantidade de acesso no espaço físico da Instituição e no âmbito externo;

- 7) O acervo periódico possui exemplares, com assinatura de acesso virtual ou domínio público, especializado que contemplam as unidades curriculares do curso. É atualizado, de forma a garantir a quantidade de acesso demandada, com plano de contingência de modo a garantir o acesso e o serviço.

Por fim, afirma-se que a bibliografia foi referendada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL da Universidade Federal do Piauí, no tocante a compatibilidade relacionada ao conteúdo de cada uma das disciplinas e também em relação ao número de vagas e a quantidade de exemplares por título no acervo disponível da UFPI.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE



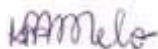
Prof.^a Dra. Janaina Gomes Viana de Souza
(PRESIDENTE)



Prof. Dr. Neuton Alves de Araújo
(VICE-PRESIDENTE)



Profa. Dra. Eliana de Sousa Alencar Marques
(DOCENTE – MEMBRO)



Profa. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo
(DOCENTE-MEMBRO)



Profa. Dra. Maria do Socorro Leal Paixão
(DOCENTE MEMBRO)